

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A RECEPÇÃO DO JORNAL *CORREIO DO POVO*  
AO MOVIMENTO QUEREMISTA, NO ANO DE 1945**

**ROSITA DA SILVA LEIRIAS**

**PORTO ALEGRE  
2018**

ROSITA DA SILVA LEIRIAS

**A recepção do jornal *Correio do Povo*  
ao Movimento Queremista, no ano de 1945**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História. Prof<sup>ª</sup>. Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Porto Alegre  
2018

#### CIP - Catalogação na Publicação

Leirias, Rosita da Silva

A recepção do Jornal Correio do Povo ao Movimento Queremista, no ano de 1945 / Rosita da Silva  
Leirias. -- 2018.

74 f.

Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Jornal Correio do Povo - Apreço e Apego à fonte  
histórica. 2. Getúlio Vargas: relações políticas de  
poder. 3. Queremistas: como os jornais os  
qualificavam?. 4. O presidente e o povo: as  
representações de Getúlio Vargas na imprensa. 5.  
Queremismo, Getúlio Vargas, Correio do Povo, Estado  
Novo. I. Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ROSITA DA SILVA LEIRIAS

A recepção do jornal *Correio do Povo*  
ao Movimento Queremista, no ano de 1945

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História. Prof<sup>a</sup>. Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Simone Rodeghero (Orientadora/PPGHIST - UFRGS)  
Prof. Dr. Luiz Albergó Grijó (Departamento de História - IFCH - UFRGS)  
Prof. Dr. René Gertz

*“O historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura.”*

(Jacques Le Goff)

## AGRADECIMENTOS

Como historiadora que agora sou, meu primeiro agradecimento será destinado ao “*Tempo*” e a íntima relação que possuo com ele. Minha história com a História iniciou em 1990 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e está sendo concluída (mas não encerrada) em 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante este período, o “*Tempo*” foi generoso comigo e me permitiu amadurecer o suficiente para saborear ao máximo todos os cinco anos de aprendizado. Portanto, o “*Tempo*” e a “*História*” são os primeiros a quem eu agradeço duplamente: por terem sido persistentes comigo e por permanecerem fiéis aos meus sonhos, durante estes últimos vinte e sete anos.

Por um imenso amor a minha família, agradeço a meu pai *Juraci* que, mesmo sem estudos, sempre me encorajou a ser forte; agradeço a minha mãe *Márcia* que é o colo doce e amoroso que eu procuro nas horas difíceis; agradeço aos meus irmãos *Cesar* e *André* que, mesmo de longe, torcem pelo meu sucesso e aplaudem minhas vitórias; agradeço a meu filho *Arthur*, meu grande amor, ser humano maravilhoso que jamais me deixou fraquejar; agradeço às minhas gatas *Monalisa*, *Gioconda*, *Leonarda* e *Cleópatra Margarida* (In memoriam) pelo companheirismo nos estudos e lealdade na vida (sim, gatos são leais!); e finalmente, mas nunca por último em minha vida, agradeço a meu marido *Bruno* que me inscreveu no vestibular da UFRGS/13, no último dia de prazo, num domingo à noite, às 20h30min (nunca vou esquecer isto!). Sem ele meu sonho nunca se tornaria realidade.

A estas pessoas, lindas por dentro e por fora, eu dedico minha vitória e meu *podium*. Elas são a concretização do pleno amor, do carinho e são merecedoras dos meus mais ternos agradecimentos. Por elas eu nadaria o oceano inteiro ao redor do mundo!

Agradeço, também, aos meus *colegas* de trabalho do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, pois, nestes últimos seis meses, eles ouviram falar de Getúlio Vargas como nunca antes em suas vidas. Alguns apreciaram, outros nem tanto. De qualquer maneira eles me ouviram!

Agradeço ao *Shopping Bourbon Ipiranga* que “gentilmente” me cedeu suas mesas e tomadas elétricas para que eu pudesse redigir parte deste Trabalho de Conclusão.

Agradeço, finalmente, a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> *Carla Rodeghero* que acolheu com entusiasmo os meus planos e teve muita paciência com as minhas inseguranças, sempre acrescentando uma sugestão ou um elogio aos meus escritos, atitude que me estimulava a me dedicar cada vez mais à pesquisa.

Finalmente, por tudo que aprendi ao longo do “*Tempo*”, eu agradeço à *VIDA*, esta experiência maravilhosa que tive a honra de compartilhar com todos vocês!

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a forma com que o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, deu cobertura ao Movimento Queremista, ocorrido em 1945, final do Estado Novo e do Governo Vargas. Partindo da análise desta fonte jornalística, com apoio da historiografia pertinente a este período, serão buscados indícios de como o *Correio do Povo* posicionou-se em relação às manifestações de rua e de que maneira deu cobertura aos eventos populares que pediam a permanência de Vargas no poder. A pesquisa feita visou reconstituir como Getúlio Vargas construiu os elos políticos que o levaram ao poder, assim como compreender a relação de reciprocidade construída entre ele e o povo. A partir da proposta ideológica do *Correio do Povo*, de ser um jornal informativo, neutro e noticioso, procuraremos, também, analisar a forma com que Getúlio Vargas foi representado neste veículo e como o jornal, e a imprensa do centro do país, qualificava os “queremistas”.

**Palavras-chave:** Queremismo, Getúlio Vargas, *Correio do Povo*, Estado Novo

## ABSTRACT

This paper aims at analyzing the way *Correio do Povo*, a newspaper from Porto Alegre, covered the Queremista Movement, event which took place in 1945 and marked the end of the Estado Novo and the Vargas Government. Based on the analysis of this journalistic source, and with the support of the historiography pertinent to this period, indications will be sought of how *Correio do Povo* positioned itself in relation to street demonstrations and how it covered the popular events that asked Vargas to remain in the power. This research aimed at reconstructing how Getulio Vargas built the political links that brought him to power, as well as understanding the reciprocity relationship built between him and the people. Based on the ideological proposal of *Correio do Povo*, to deliver an informative and unbiased journalism, we will also try to analyze the way in which Getúlio Vargas was represented at that time and how the newspapers, and the press from the capital of the country, quantified the "queremistas".

**Keywords:** Queremismo, Getulio Vargas, *Correio do Povo*, Estado Novo



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. JORNAL <i>CORREIO DO POVO</i> – APREÇO E APEGO À FONTE HISTÓRICA .....</b>	<b>20</b>
<b>2. GETÚLIO VARGAS: RELAÇÕES POLÍTICAS DE PODER .....</b>	<b>27</b>
<b>3. QUEREMISTAS: COMO OS JORNAIS OS QUALIFICAVAM? .....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 Os queremistas eram vistos como baderneiros ou como atores políticos? .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 O Presidente e o Povo: as representações de Getúlio Vargas na imprensa .....</b>	<b>62</b>
<b>4. CONCLUSÕES .....</b>	<b>67</b>
<b>5. FONTE DE PESQUISA .....</b>	<b>70</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>70</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>73</b>
<b>7.1 Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moysés Vellinho .....</b>	<b>73</b>
<b>7.2 Pesquisa no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre .....</b>	<b>73</b>
<b>7.3 <i>Jornal Correio do Povo</i> – 01/04/1945 .....</b>	<b>74</b>
<b>7.4 <i>Jornal Correio do Povo</i> – 19/04/1945 .....</b>	<b>74</b>
<b>7.5 <i>Jornal Correio do Povo</i> .....</b>	<b>75</b>
<b>7.6 Pesquisa no acervo do <i>Jornal Correio do Povo</i> .....</b>	<b>75</b>
<b>7.7 Escadaria interna do prédio do <i>Jornal Correio do Povo</i> .....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso é analisar a maneira com que o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, deu cobertura jornalística ao Movimento Queremista ocorrido no final do governo de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Tal escolha surge do interesse em compreender a maneira com que este jornal aceitou, rejeitou ou, ainda, interferiu na opinião pública a respeito da manifestação popular pró Getúlio, cujos primeiros contornos surgem em fevereiro de 1945 e terminam com a deposição do presidente, em outubro de 1945.

O momento político que vivemos no Brasil, no ano de 2017, é alvo de preocupação, de indignação e de surpresa. Nunca, na história de nosso país, estivemos mergulhados em tamanho mar de lama, onde a corrupção política impera por todas as frentes e a apatia da população, que vive em estado soporífero sem saber direito o que fazer e em quem acreditar, permanece inerte. Este estado de inércia pode ser confundido facilmente com desgosto e desesperança, afinal de contas a saída não parece estar clara para nenhum de nós, brasileiros, seja a médio ou a longo prazo. O tema de escolha para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, o Movimento Queremista, ocorrido no final da Era Vargas, vem ao encontro desse anseio geral, que também é pessoal, ou seja, é possível uma população unir-se e reivindicar politicamente direitos e questionar a permanência (no caso atual, o afastamento) de um governo?

Ao ler e estudar sobre a história do nosso país, um período curto, durante o ano de 1945, chama muito atenção. De fevereiro a outubro de 1945, no final do Estado Novo, surgiu por todo o Brasil, com maior ou menor velocidade, um movimento que mobilizou trabalhadores e populares. Num período de abertura política, onde a democracia estava ganhando espaço após anos de ditadura varguista, cresceu no Brasil uma mobilização popular exigindo a permanência de Getúlio no poder. Este período tenso, em que várias forças entram em cena no cenário político nacional, é conhecido na historiografia como Queremismo, sendo este o foco de estudo deste trabalho.

A bibliografia sobre o Movimento Queremista é, à primeira vista, existente, mas, todavia, um pouco insuficiente. Existem poucas teses ou trabalhos acadêmicos que versam sobre tal tema. O Queremismo, movimento popular que reivindicava a continuidade do Governo de Vargas é, na historiografia, ainda pouco debatido e explorado.

Segundo Ibirapuan Puertas,

pode-se constatar a ausência ou a referência mínima ao Queremismo, como acontecimento político de menor importância e sem maiores consequências, nada mais que uma manobra político eleitoral de Getúlio através de seus instrumentos de poder e manipulação, e esta ausência vem desde os livros didáticos do 2º grau.<sup>1</sup>

Entretanto, há historiadores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Cássio Albernaz que se debruçaram a estudar o movimento e, destas produções, é possível levantar algumas possibilidades que expliquem as razões e os motivos pelos quais esta manifestação popular ganhou corpo durante o ano de 1945. Segundo Ferreira, existe um paradoxo: “cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador. Vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Getúlio”<sup>2</sup>. O autor aponta alguns marcos importantes como o comício pela democracia ocorrido em março de 1945, na Praça da Sé, em São Paulo, onde surgiram os primeiros gritos de “queremos Getúlio” e “viva os trabalhadores”<sup>3</sup>. Ferreira cita, também, as palavras pelas quais a imprensa oposicionista passou a qualificar Getúlio: “ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor e opressor dos operários”. Entretanto, mais adiante, ele completa: “embora resistissem, os jornais já não podiam mais omitir o movimento”<sup>4</sup>.

A partir desta última frase, ocorreu-me elaborar uma pesquisa em fontes jornalísticas, neste caso o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e descobrir “como” e “em que momento” e “se houve realmente” uma virada jornalística voltada para a vontade que vinha das ruas. Houve, então, uma abertura deste jornal para o movimento “queremos Getúlio” que despontava no país? Como o jornal *Correio do Povo* deu cobertura às manifestações populares ocorridas em Porto Alegre e em outras cidades brasileiras durante este período? De que maneira foi construída a imagem de Getúlio Vargas neste veículo? A estas perguntas pretendo obter respostas analisando o jornal *Correio do Povo* dos meses de março a outubro de 1945, tomando emprestado, também, obras historiográficas que me forneçam aporte histórico.

Pretendo, com a elaboração desta pesquisa, acrescentar mais um olhar ao Movimento Queremista. Além disso, espero colaborar para esclarecer elementos construtivos da imagem de Getúlio Vargas no jornal *Correio do Povo*. Entendo ser de relevância acadêmica uma

---

<sup>1</sup> PUERTAS, Ibirapuan. Queremismo: um movimento político popular e suas consequências para a esquerda nacionalista brasileira, CS Online, *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Ano II, Vol. 5, 12/2008, p. 03.

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o Movimento Queremista, In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. *O Brasil Republicano*. Livro 3, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2008, p. 15.

<sup>3</sup> Idem, p. 17.

<sup>4</sup> Idem, p. 04.

pesquisa associada às características e peculiaridades que tenham surgido aqui no sul do Brasil, uma vez que a produção historiográfica que existe sobre este assunto está bastante focada no eixo Rio/São Paulo.

Ao longo do trabalho, procuro responder aos problemas de pesquisa que seguem: o jornal *Correio do povo*, como um dos veículos de informação da população alfabetizada da época, divulgava as manifestações populares e o Movimento Queremista? A cobertura dada ao Movimento Queremista pelo jornal *Correio do Povo* possuía interesse em interferir na formação da opinião da população, pró ou contra Getúlio Vargas, durante os meses de março de 1945 a outubro de 1945? Ou esta mídia comportou-se de forma neutra adotando uma postura apenas informativa? Como a imagem de Getúlio Vargas foi representada neste veículo, durante o Movimento Queremista?

Assim, procurando dar conta das perguntas listadas, a pesquisa tem como objetivos: constatar se o jornal *Correio do Povo* deu atenção às manifestações dos trabalhadores, ocorridas no chamado “Movimento Queremista”, no ano de 1945, em Porto Alegre, e refletir se a imagem/representação de Getúlio Vargas, trabalhada e construída por este veículo, teria cooperado para a formação da opinião pública.

Para construir o referencial bibliográfico do meu trabalho de conclusão, debrucei-me na leitura da dissertação de Cássio Albernaz intitulada “*Em busca de cidadania política: o Queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*”<sup>5</sup>. Nesta obra, o autor usa como alicerce historiográfico os autores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, os quais, por sua vez, podem ser considerados âncoras nos estudos do Queremismo no Brasil. Estes três autores dialogam, suas ideias se completam e seus argumentos convergem na mesma direção. Para eles, usar o conceito de “populismo”, ancorado na “mistificação ideológica de Vargas”, nos “efeitos de técnicas de propaganda política” e na “manipulação de massa” seria uma forma rasa de explicar um processo dinâmico e que envolveu atores sociais variados, especialmente trabalhadores e populares, em diversas cidades do Brasil, no ano de 1945.

Polarizando as elites de um lado e os trabalhadores de outro, o Queremismo foi um movimento que uniu pessoas simples cujo objetivo era manter Vargas no poder.

Segundo Cássio Albernaz

---

<sup>5</sup> ALBERNAZ, Cássio. *Em busca de cidadania política: o Queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*, Dissertação de Mestrado, PUC, 2006.

“Nós queremos Getúlio” é uma frase de ordem na fase de democratização política. Com a crise estado-novista, a sociedade brasileira fica em dois campos antagônicos: o antigetulismo e o pró-getulismo.<sup>6</sup>

A argumentação de Albernaz, durante a elaboração de sua dissertação, é rica e tem vasta sustentação teórica e bibliográfica. Assim como na obra de Jorge Ferreira, Albernaz também parte das perguntas: “então, por que com a crise cresce o prestígio de Getúlio? Por que tendo alternativa política democrática, se organizou um movimento de grande amplitude pedindo a permanência do chefe autoritário?”<sup>7</sup>.

Jorge Ferreira e Cássio Albernaz possuem argumentos semelhantes para responder a estas perguntas. Refutam as explicações abordadas em estudos historiográficos anteriores, que centram o poder de perpetuação de Vargas na grande capacidade de propaganda da máquina do DIP e no poder sedutor dos discursos de Getúlio. Albernaz segue dizendo que

As explicações que marcam a historiografia são que a classe trabalhadora é subordinada e passiva ou que na era Vargas a máquina do DIP, com a propaganda estatal, ilude os trabalhadores, satisfeitos com alguns benefícios materiais (a legislação trabalhista em particular). Os trabalhadores, em troca, se dedicam a Vargas. [...] Embora a legislação fosse recebida pelos trabalhadores com muito agrado, as lutas tinham que continuar. Apesar dos benefícios, os trabalhadores tiveram que lutar por sua implementação. [...] Não se trata de fé ingênua no governo Vargas, pois os organizadores perceberam que não podiam confiar apenas no governo para tornar as leis aplicáveis. Era preciso lutar por elas.<sup>8</sup>

Jorge Ferreira faz referência, entre outros pontos, às experiências vividas pelos trabalhadores e ao que teria sido agregado em termos de benefícios, fazendo alusão, assim, à legislação trabalhista, fruto inegável de melhoramento à classe trabalhadora.

O mito Vargas não foi criado na esteira da vasta propaganda política, ideológica ou doutrinária veiculada ao Estado. Não há propaganda que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. [...] O mito Vargas expressa um conjunto de experiências que alterou a vida dos trabalhadores.<sup>9</sup>

A partir daí, Ferreira e Albernaz avançam em um ponto importante. Eles focam no protagonismo dos trabalhadores, ou seja, para ambos os autores, os trabalhadores não foram atores passivos que receberam os benefícios legais em forma de presente, vindo de cima, de Getúlio Vargas. Os trabalhadores teriam lutado por seu espaço na sociedade, por direitos que eram urgentes, por melhorias na qualidade de vida, sejam elas em termos práticos ou em

---

<sup>6</sup> Idem, p. 13.

<sup>7</sup> Idem, p. 13.

<sup>8</sup> Idem, p. 14.

<sup>9</sup> FERREIRA, op. cit., p.19.

forma de reconhecimento simbólico, e os movimentos operários são uma prova desta luta. As reivindicações dos trabalhadores datam de tempos anteriores a 1930 e faziam, também, parte de um movimento popular mais amplo que envolvia melhorias nas áreas de habitação, saúde e na proteção ao trabalhador. Por estas conquistas, no raciocínio de Albernaz, os trabalhadores lutaram e se mantiveram em prontidão.

Um apanhado muito interessante a respeito do movimento sindical brasileiro é feito por Maria Celina D'Araujo, no texto “*Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*”.<sup>10</sup> A autora aborda aspectos peculiares nas mobilizações dos trabalhadores urbanos anteriores a 1930. Embora sob a tutela do Estado e sofrendo ações repressivas, D'Araújo indica que os sindicatos serviram de instrumento de organização, reivindicação e mobilização da classe trabalhadora nas primeiras décadas do século XX. A partir das exigências destes trabalhadores, organizados em sindicatos, as primeiras demandas legais foram oficialmente requeridas, objetivando a proteção dos trabalhadores e a diminuição das desigualdades sociais. A autora diz que

Temos que lembrar que essas leis foram conseguidas graças, principalmente, aos esforços dos trabalhadores e da sociedade brasileira e não apenas ao pioneirismo do Estado. Neste sentido, a ideia vinculada no Estado Novo de que a legislação trabalhista fora outorgada por um Estado protetor deixa de lado uma tradição organizativa e reivindicativa. E as razões para apagar essa memória eram políticas. [...] A revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho.<sup>11</sup>

Na direção do protagonismo trabalhador, Jorge Ferreira confere a este sujeito a dinamicidade necessária para torná-lo um ator com vontade própria, com capacidade de mobilização e com poder político. Ao pesquisar sobre o Queremismo, Ferreira busca, além de desmistificar a suposta apatia do trabalhador,

Compreender a motivação de milhões de pessoas que foram às ruas defender a continuidade do presidente. Grande parte dos textos ainda não observou e não valorizou que a atuação e a intervenção dos trabalhadores, determinados e com vontade política, impediram que a transição à democracia ficasse restrita a uma negociação, pactuada pelo alto, entre as elites.<sup>12</sup>

Ângela de Castro Gomes, em seu texto “*Ideologia e Trabalho no Estado Novo*”, discorre sobre o crescimento da pobreza nas cidades e no meio rural, situação agravada com o

---

<sup>10</sup> D'ARAÚJO, Maria C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA J.; DELGADO L. (Org.), *O Brasil Republicano*. Livro 3, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2008.

<sup>11</sup> Idem, p. 223.

<sup>12</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2005, p. 25.

desenvolvimento do capitalismo.<sup>13</sup> A autora usa como marco temporal para uma mudança positiva a revolução de 1930, momento no qual as ações do Estado, para vencer a miséria e a fome, começam a tomar corpo. A partir da ordenação do mercado de trabalho, do desenvolvimento da previdência social, da Justiça do Trabalho, da atenção à saúde, educação e melhores condições de habitação, Getúlio Vargas, com as políticas do Estado Novo, desenhava um método efetivo de combate à pobreza e de valorização do trabalhador.

Segundo Gomes,

a produção de leis que pudessem efetivamente materializar as propostas ideológicas divulgadas pelo discurso, reforçava o valor deste recurso de poder que era a ideologia do regime, sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político. [...] Restringimo-nos a identificar alguns exemplos capazes de demonstrar o esforço, o cuidado e a amplitude do projeto político estado-novista, o que pode iluminar as razões da longa trajetória das relações entre Vargas e os trabalhadores do Brasil.<sup>14</sup>

Cássio Albernaz utiliza-se da obra de Ângela de Castro Gomes, “*A invenção do trabalhismo*”, de 1988, reforçando a proposta da autora em desconstruir a passividade atribuída ao trabalhador que constava em outros estudos. Assim, o conceito de populismo, associado diretamente à propaganda e uma intensa política de massas, alimentado pela relação direta entre Vargas, líder carismático, e o povo, submisso e eternamente grato, não faria sentido. Para ele,

Ângela Gomes busca dar um papel de sujeito aos trabalhadores, num campo de possibilidades, tendo o cuidado de não atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, [...] diferente da visão de populismo vista anteriormente, que remetia à idéia de manipulação política. O pacto trabalhista, segue Ângela, procura enfatizar a relação entre atores desiguais, mas na qual não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque é fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto remete a uma perspectiva mais ampla, conectando período do pré 1930 e as experiências vivenciadas pelos trabalhadores e pelo Estado, nos anos 1940, quando se apropria e ressignifica o discurso operário dos anos da primeira república.<sup>15</sup>

Ao ler os trabalhos citados, de Gomes, de Ferreira e de Albernaz, fica clara a proposta dos autores em deslocar a explicação construída historiograficamente na qual o Movimento Queremista seria fruto exclusivo do populismo de Getúlio, de suas medidas trabalhistas e da máquina de propaganda do Estado. Eles atribuem um protagonismo significativo aos

---

<sup>13</sup> GOMES, Ângela de C. Ideologia e Trabalho no Estado Novo, In: PANDOLFI, Dulci. (Org.) *Repensando o Estado Novo*, RJ: Ed. FGV, 1999.

<sup>14</sup> Idem, p. 57.

<sup>15</sup> ALBERNAZ, Op. cit., p. 43 e 44.

trabalhadores e às classes populares, enquanto sujeitos capazes de ter opinião, ter ação e ter posicionamento, e não apenas como receptores agradecidos.

Utilizando do argumento de Ângela Gomes, Albernaz reforça a intenção da autora em “romper com o conceito de populismo e com a noção correlata de manipulação política, que anulariam a possibilidade de conceber os trabalhadores exercendo um papel de sujeito que realiza escolhas.”<sup>16</sup> Já em Jorge Ferreira, Albernaz indica o “distanciamento da ideia de pacto trabalhista para ideia de projeto trabalhista, onde haveria uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificam interesses comuns e que integram ideias, crenças, valores, códigos e comportamentos que circulavam entre os trabalhadores muito antes de 1930.”<sup>17</sup>

No texto “*Os trabalhadores exigem: o Movimento Queremista e a candidatura Vargas*”, Michelle de Macedo parte da análise de telegramas, enviados pelos trabalhadores ao presidente, como fonte de pesquisa para avaliar o Movimento Queremista e a solicitação da candidatura de Vargas para as eleições de 1945.<sup>18</sup> Nos telegramas, assinados individualmente ou de forma coletiva, a autora indica expressões que se repetem, explicando assim a força construída sob o mito Vargas: salvador, guia, redentor e chefe. “Nosso guia, nosso chefe, nosso amigo, não nos desampare, tem que ser nosso candidato.”<sup>19</sup>

É importante salientar que em nenhum momento estes autores negam ou desmerecem o conteúdo prático dos implementos legais incorporados por Getúlio Vargas na vida dos trabalhadores. As leis de proteção ao trabalhador, o projeto habitacional, a implantação da previdência social, entre outros, representaram incrementos positivos e significativos na vida dos trabalhadores. Os autores reforçam, todavia, que a aproximação inegável entre Vargas e os trabalhadores se deu muito mais pelo arranjo entre as partes, que datam da memória de vida anterior a 1930, e dos benefícios agregados, e não apenas pela máquina de propaganda ou pelos discursos sedutores de Getúlio.

Os autores com os quais introduzi minha pesquisa são críticos aos trabalhos que, décadas antes, associavam o apego dos trabalhadores ao Presidente ao conceito de

---

<sup>16</sup> Idem, p. 53.

<sup>17</sup> Idem, p. 54.

<sup>18</sup> MACEDO, Michelle R de. *Os Trabalhadores exigem: o Movimento Queremista e a candidatura Vargas*, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

<sup>19</sup> Idem, p.04.



populismo.<sup>20</sup> Nestes estudos, o populismo está diretamente vinculado ao “carisma” e à “manipulação das massas”, situação esta que se encaixaria ao governo de Getúlio Vargas. Sem entrar no debate a respeito da validade ou não do uso do conceito de populismo como fator explicativo da Era Vargas, pois este não é o foco deste trabalho, é importante postular: qual o lugar que o uso do conceito de populismo tem no estudo do Queremismo? Qual a importância da crítica a este conceito? A resposta para tais perguntas poderão ser colhidas em trabalhos futuros, pois este debate é de bastante relevância, na medida em que estas questões fazem parte de um conjunto maior de argumentos e conceituações que envolvem a Era Vargas.

Embora o uso do conceito de populismo para explicar as relações entre Getúlio e as “massas” ainda seja utilizado, Jorge Ferreira prefere não empregá-lo, pois, além deste conceito ser pejorativo, ele desqualifica a atuação dos trabalhadores como agentes de transformação. Para ele o “populismo, como efeitos das hábeis técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação de massas, consciências desvirtuadas de seus ‘reais’ interesses, nenhuma dessas explicações, atualmente, convence o estudioso [de Getúlio Vargas].”<sup>21</sup>

Ao ler as obras de Ferreira, optei, então, por seguir o seu caminho, ou seja, preferi olhar de forma mais atenta para os trabalhadores, focando na forma em que o “povo” e as “massas” se manifestaram durante o Movimento Queremista.

Este Trabalho de Conclusão, entretanto, não fica preso somente a debates e a revisões historiográficas a respeito do Queremismo. Ele está ancorado em uma fonte e, neste caso, utilizo a imprensa para fundamentar minha análise. Para a leitura das fontes, pretendo manter em mente a seguinte afirmação de Rafael Lapuente: “Como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial.”<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Os autores que tendem em adotar o conceito de populismo como fundamento explicativo do governo Vargas são, entre outros, Francisco Weffort, Octávio Ianni e Robert Levine.

<sup>21</sup> FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945, In.: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 – 1964*, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2005, p. 26.

<sup>22</sup> LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*, GT de História da Mídia Impressa, PUC/RS, 2015, p.01.

Embora o foco de seu artigo, entre outros pontos, seja a análise da internet como mídia de comunicação atual, Luiz Grijó faz um apanhado interessante no texto “*A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica*”. Traçando um comparativo entre o espaço que a opinião pública possui atualmente no meio virtual e como no passado, ela era colhida, pelo garimpo cotidiano do jornalista nas ruas das cidades, o autor descreve a maneira como o povo era sondado diretamente pelo jornalista, em um trabalho investigativo e direto, junto à população.

Ela [a internet] passa a ocupar mais ou menos o lugar que a “voz das ruas” ocupou outrora, quando as redações dos jornais se localizavam nos centros das cidades e o jornalista recolhia tal voz a partir do contato interpessoal, pois dividia seu tempo entre a máquina de escrever e a sociabilidade proporcionada por longas caminhadas pela cidade e a frequência cotidiana nos cafés, bares e restaurantes, nos espaços mundanos da rua nos quais elites e o “povo” eventualmente se cruzavam e conviviam, na maior parte das vezes respeitando as hierarquias”.<sup>23</sup>

A expressão “a voz das ruas”, no excerto acima, salienta a relevância que a profissão do jornalista tinha no passado. Caminhando pelas ruas e entre à população, o jornalista recolhia variadas impressões e, com auxílio de sua máquina de escrever e das prensas do jornal, ele compartilhava com todos o que seu olhar havia captado, agindo, assim, como uma espécie de tradutor dos sentimentos da sociedade. Uma matéria publicada no *Correio do Povo*, no dia 29 de março de 1945, assinada por Fernando Borba vem a corroborar as palavras de Grijó. Sob a manchete “Em cima do laço...”, ela segue de uma forma envolvente, traduzindo as angústias de um repórter de rua:

São dez e trinta e sete minutos. Esta nota precisa estar escrita dentro de menos de um quarto de hora, para ser levada de bonde por alguém até a mesa do secretário da redação, e para seguir dali ao seu destino. Lá pelas primeiras horas da madrugada estará composta, impressa, parte integrante da quarta página. [...] Hoje saí, fui ao centro, na esperança de topar com minha admiração em qualquer coisa de novo, de trágico, ou de cômico, qualquer coisa que constituísse um assunto. O assunto é o “furo” para o repórter. E não achei nada. Vi gente dos três sexos a se movimentar pelas calçadas, tão marcialmente monótona que desanimei. Afinal, gente nunca foi assunto. As coisas que acontecem a essa gente é o que interessa. [...] Mas... não achei assunto e, a esta hora, agora são dez e cinquenta minutos, sem nenhuma revolução em perspectiva, nenhum incêndio, nada, o assunto não aparecerá mais. Ainda bem que não aspiro a imortalidade...<sup>24</sup>

A reportagem acima, escrita por Fernando Borba, mostra a proximidade que o jornalista, em épocas passadas, tinha da população. Embora ele entenda que “gente nunca foi assunto”, na busca por um furo jornalístico, ele andarilhava pelas ruas da cidade, em meio às pessoas, na cata de fatos que alimentariam a sua reportagem. A matéria de Borba descreve a dinamicidade de um

---

<sup>23</sup> Idem, p. 05.

<sup>24</sup> Jornal *Correio do Povo*, 29/03/1945, p. 04.

jornal: da observação pelo jornalista, o fato seguia para a máquina de escrever na redação sendo que, pouco tempo depois, a matéria estava editada, rumando para as prensas do jornal. Ou seja, o assunto saía das ruas, passava pela máquina do redator e, em poucas horas, estava nas mãos dos leitores.

Maiores informações e reflexão sobre o *Correio do Povo* serão apresentadas adiante, no primeiro capítulo, intitulado “*Jornal Correio do Povo – apreço e apego à fonte histórica.*” Neste primeiro capítulo será descrita a experiência de trabalhar com a fonte jornalística, as dificuldades enfrentadas e as muitas descobertas. Também será mencionada a história do *Correio do Povo* desde sua fundação, a que princípio o jornal se propunha, qual a diferença de sua ideologia em relação aos demais veículos jornalísticos daquele período, além de um debate entre autores que pesquisam sobre a História da Imprensa no Brasil e no Rio Grande do Sul. Já no segundo capítulo, “*Getúlio Vargas – Construção das relações de poder*”, será abordado o início da trajetória política de Getúlio, as várias articulações político/partidárias em que ele esteve inserido, os seus desafetos e seus aliados. O delineamento da construção das relações políticas de Vargas servirá de suporte para entender a forma como o *Correio do Povo* deu cobertura aos eventos que envolveram Getúlio e o Queremismo. O capítulo seguinte, o terceiro, é denominado “*Queremistas – Como os jornais os qualificavam?*” Nele será traçada uma comparação entre a forma como os Queremistas eram retratados na imprensa do centro do país e como eles apareciam no jornal *Correio do Povo*, ou seja, como a imprensa de Porto Alegre os descrevia. Nas *Considerações Finais* serão apresentadas as descobertas finais oriundas da pesquisa sobre o Queremismo no jornal *Correio do Povo*.

## 1. JORNAL *CORREIO DO POVO*: APREÇO E APREGO À FONTE HISTÓRICA

No dia em que terminei de ler a última página, do último exemplar do jornal *Correio do Povo*, senti uma espécie de nostalgia, aquela semelhante ao adeus que se dá a um amigo querido, após um tempo especial de convivência. A familiaridade que criei com esta fonte, com os 206 exemplares lidos, correspondentes a oito meses de jornal, de março a outubro de 1945, foi significativa: esta foi minha primeira pesquisa em um arquivo e ela foi completada dentro de um prazo razoavelmente curto. Das 15 tardes passadas entre o Arquivo Municipal Moysés Vellinho, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e o acervo físico do jornal *Correio do Povo*, entre impressos rasgados, alguns ausentes e em sua maioria amarelados, pude sentir o cheiro peculiar que há em um arquivo e descobrir que a pesquisadora que ali nascera não pararia mais. A satisfação na leitura, nas descobertas, nos acertos, nos equívocos, as proposições e as reformulações dos objetivos foram constantes durante estes dias. Em alguns momentos eu sorri, por algumas particularidades da época, em outros eu realmente me emocionei, principalmente na primeira vez que achei uma matéria, em cujo teor estava escrita a tão procurada expressão: “Queremos Getúlio”. Que achado! Deste momento para frente, tive certeza que a proposta da minha pesquisa tinha lastro, tinha sentido, havia uma direção para seguir.

O rio das eras corre sem interrupção. Nisso também, todavia, é preciso que nossa análise pratique recortes. Pois a natureza de nosso espírito nos proíbe de aprender até mesmo o mais contínuo dos movimentos, se não o dividirmos por balizas. Como fixar, ao longo do tempo, as da história? Elas serão sempre, num sentido, arbitrárias.<sup>25</sup>

A partir da afirmativa de Marc Bloch posicionei-me em meu ofício, como historiadora, ao fazer um recorte temporal e espacial, estabelecendo um foco de pesquisa. Minha intenção, pois, foi estudar os últimos meses do governo de Getúlio Vargas, no ano de 1945. O movimento “Queremista”, dentro da fonte jornal *Correio do Povo*, era o alvo. Assim, tracei a primeira baliza, a temporal, a qual Bloch teria sugerido. A segunda baliza, o foco, surgiu das leituras em obras sobre este movimento popular surgido nos últimos meses do Estado Novo, em 1945.

---

<sup>25</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, RJ: Ed. Zahar, 2002, p.147.

Ao seguir para a escolha da fonte, tomei par da dimensão que envolveria minha pesquisa: o tempo que eu dispunha e as dificuldades de leitura da fonte. Embora apenas 72 anos nos separem temporalmente de 1945, ler um jornal daquela época é um verdadeiro desafio. Foi preciso algum tempo para me familiarizar espacialmente dentro da fonte, entender a lógica da diagramação do jornal, a presença de múltiplas propagandas, dos diversos anúncios e da proposta ideológica do veículo. Descobrir que a página destinada à política seria sempre a última do jornal, mas que saber disto não garantiria que eu pudesse ir direto até lá e achar o assunto que me interessava foi muito frustrante! Por se tratar de um impresso feito através com linotipos, dentro de um esquema caro e fixo, os recortes nas matérias eram múltiplos. Eu iniciava lendo a matéria política da última página, que variava entre a oitava (nas tiragens da semana) e a vigésima quarta (nos domingos) e esta podia continuar na página 4 ou 5 (e isto aconteceu inúmeras vezes). Saber, portanto, que as matérias poderiam estar fragmentadas, e raramente contendo manchetes que as anunciavam, foi a primeira grande descoberta. E a esta primeira descoberta logo se somou a segunda: eu precisava, então, ler todo o jornal, sob pena de perder, em algum lugar minúsculo, no rodapé ou na coluna lateral, algo que fosse interessante para a pesquisa.

Havia nitidamente um esforço, por parte dos diagramadores, para organização do jornal: a folha de capa era reservada para os assuntos relativos à *seção mundo*, seguida pelas demais páginas que continham a *seção geral*, a *seção de esportes*, *de cinema*, *os classificados*, *a polícia* e, finalmente, *a seção de política*. O jornal era recheado de anúncios de remédios (alguns bastante duvidosos), de roupas, de cigarros, de bebidas, de indústrias e de serviços, pois estas eram matérias pagas que ajudavam a sustentar os custos da impressão. Na coluna “*a pedido*”, naturalmente remunerada, eram publicados desabafos por vezes ácidos, referentes à política, à religião e afins. Os editoriais e demais matérias não eram assinados, o que tornava impossível saber o nome do redator ou jornalista que as escrevera.

A obra do jornalista Sérgio Dillemburg, “*Correio do Povo – História e Memória*” esclarece alguns pontos a respeito da história da imprensa no estado.<sup>26</sup> Em um livro recheado de entrevistas de pessoas ligadas ao jornalismo no Rio Grande do Sul, mais diretamente ao *Correio do Povo*, o autor faz um apanhado das memórias do jornal, e estas se revelam bastante curiosas. Com o auxílio financeiro dos amigos comerciantes Eugênio Du Pasquier e

---

<sup>26</sup> DILLEMBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: história e memória*, Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

Antonio Mostardeiro Filho, Francisco Antonio Vieira Caldas Jr. funda o jornal *Correio do Povo*, com a clara proposta de ser um veículo de informação neutro, pois, segundo Dillemburg, ele [Caldas Jr.] “preferiu manter-se longe dos ódios que tão dramaticamente havia ensangüentado o Sul do Brasil”<sup>27</sup>. Em uma casa, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, surge um jornal matutino que no seu início possuía apenas quatro páginas e seis colunas, trazendo, na primeira página de sua primeira edição, a concepção inicial que era a de ser um jornal independente, não vinculado a nenhum partido político e com uma postura empresarial. Mesmo causando desconfiança na população, por sua proposta de praticar um jornalismo informativo e apolítico num contexto em que os jornais eram assumidamente partidários, de acordo com Dillemburg, não demorou para que os leitores adotassem este novo veículo com entusiasmo. Após dois anos de sua fundação o jornal passou por ampliação em sua sede para comportar uma nova máquina, a Marroni, que possibilitava uma maior tiragem de jornais por hora. A necessidade de ampliação foi fruto da aceitação pública, além, é claro, do arrojo de seu fundador. A morte prematura de Caldas Jr., em 09 de abril de 1913, deixa um enorme débito junto ao Banco da Província do Rio Grande do Sul. Sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas, compromete-se a saldar as dívidas e a administrar o jornal, o que faz com bastante tenacidade. A trajetória do jornal *Correio do Povo*, cujo slogan, um tanto audacioso, era de ser “*O jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul*”, de acordo do Dillemburg, segue, entre alguns solavancos, junto com a própria história do estado.

A edição comemorativa dos 50 anos do jornal traz em sua capa a seguinte manchete “*Compromisso de 50 anos que hoje tornamos a reafirmar*”, seguida pelo excerto do editorial escrito por Caldas Jr, no dia 01 de outubro de 1895, data da primeira edição do jornal:

O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral [...], só subordinando seus intuítos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente [...] e não será órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalternas.<sup>28</sup>

Dillemburg aponta para uma frase que tomou conta do imaginário dos leitores do jornal: “*se deu no Correio do Povo, é verdade*”. Assim, segundo o autor, o jornal foi, desde seus primórdios, um veículo em que a população podia confiar, pois ele continha a verdade

---

<sup>27</sup> Idem, p. 21.

<sup>28</sup> Jornal *Correio do Povo*, 01/10/1945, p. 01 – A citação se refere ao contexto do Rio Grande do Sul, no qual os partidos políticos tinham seus jornais – os republicanos, *A Federação* e os federalistas, *A Reforma*. O jornal *Correio do Povo* se apresenta como neutro em relação a esses grupos.

dos fatos. Entretanto, como historiadora desconfiada que sou, não pude aceitar este postulado como afirmação inequívoca, pois a “*inverdade*” está oculta no viés de quem a escreve. Não há isenção na escrita!

Francisco Rudiger, na sua obra “*Tendências do Jornalismo*”, explica o nascimento do jornalismo como sendo parte da formação do mundo moderno.<sup>29</sup> Segundo o autor, o primeiro jornal impresso no Brasil, “*A Gazeta do Rio de Janeiro*”, publicado através da recém criada Imprensa Régia, estava sob tutela da Coroa. Isto nos leva a entender que, desde o princípio da história da imprensa no Brasil, a ideologia política esteve presente.

No entanto, isto estava para mudar, pois como Rudiger indica,

as tendências em curso estavam definidas. O processo de desenvolvimento econômico-social da passagem do século, que resultou na desagregação das possibilidades do jornalismo político partidário, havia criado as condições para o surgimento embrionário de um novo regime jornalístico, estruturado em bases empresariais, que se consolidaria depois de 1930. [...] O novo jornalismo literário noticioso procurou romper com essa situação [política], especializando-se na difusão das notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromisso doutrinário.

<sup>30</sup>

O jornal *Correio do Povo* foi criado para ser um veículo noticioso, imparcial, sem bandeira política e com uma nítida face empresarial e era esta a característica marcante que o diferenciava dos jornais que circulavam naquela época. Estes jornais, portadores de ideologias políticas mais nítidas, veiculavam suas matérias tendendo a adotar um viés direcionado ao partido político o qual representavam atacando, logo, os partidos oponentes. A proposta empresarial do *Correio do Povo*, desvinculada de partidarismos, foi o avanço na imprensa rio-grandense da virada para o século XX, o que despertou simpatia por uma parcela da população e desconfiança por outra: como, em um estado tão polarizado politicamente como o Rio Grande do Sul, poderia surgir um jornal apartidário? Muitos desacreditaram do jornal *Correio do Povo*, em seu início. Todavia, uma grande parcela da população recebeu seus primeiros exemplares com otimismo que advinha da esperança de que a informação prevalece sobre o partidarismo político.

Francisco Rudiger, todavia, alerta que as mudanças ocorridas direcionadas para a formação de um jornalismo noticioso/empresarial, que pretendia, acima de tudo, levar informação ao seu público leitor, não garantiam a imparcialidade e a neutralidade, como era o objetivo de Caldas Jr. quando da fundação do seu jornal, em 1895.

---

<sup>29</sup> RUDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*, POA: Ed. UFRGS, 1993.

<sup>30</sup> Idem, p. 43/45.

Convém notar que esta metamorfose verificada no jornalismo não lhe tirou o aspecto político; a conquista da autonomia frente o campo político não significou sua perda, mas uma mudança de forma. A nova empresa jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome. O *Correio do Povo* nunca foi um jornal apolítico, como reza sua lenda.<sup>31</sup>

Aproximando, para fins de análise, a imprensa e a forma como ela influencia na construção da opinião, seria oportuno lembrar o que Pierre Bourdieu postula na obra “*O poder Simbólico*”.<sup>32</sup> Para ele, “os sistemas simbólicos como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados.” O autor segue seu argumento, dizendo que

o poder simbólico, como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.<sup>33</sup>

Analisando o último excerto de Rudiger, e a citação de Bourdieu, é possível compreender o poder de influência que a imprensa possuía (e ainda possui) como formadora de opinião. Embora postulasse neutralidade ideológica, o jornal *Correio do Povo* seria, segundo estes autores, incapaz de produzir um jornalismo isento. Detendo, como diz Bourdieu, um “poder quase mágico”, o *Correio do Povo* influenciava o ponto de vista e o entendimento de seu público leitor, a partir do momento que penetrava na vida das pessoas propondo veicular apenas a “verdade dos fatos”. No meio acadêmico, a “verdade jornalística” é continuamente contestada e não se permite postulá-la como unilateral e fechada em si.

A partir destes saberes, eu parti, munida de teoria e de uma vasta leitura historiográfica, para analisar o conteúdo de minha fonte, buscando o que Bardin intitula “desocultar” ou seja, investigar o oculto, procurando o que está na entrelinha o que não foi dito explicitamente.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e calcina o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial do inédito (do não dito) retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> Idem, p. 64.

<sup>32</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, RJ: Ed. Bertrand, 1989.

<sup>33</sup> Idem, p. 14.

<sup>34</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*, SP: Ed. 70, 2011, p. 11.



Admitindo não ser tarefa fácil, mesmo afinando olhar e procurando não me deixar seduzir pelo discurso da fonte, experimentei o que significava ser parcial. Sim, ser parcial (!) na medida em que tive que operar recortes, fazer escolhas, privilegiar um foco em detrimento de outros tantos. E novamente digo: tarefa difícil, ainda mais para um iniciante neste ofício. Lendo a obra de Maria Helena Capelatto, “*Imprensa e História do Brasil*”, percebi que a fonte de minha escolha, a jornalística, é um terreno fértil para a pesquisa e que abre um leque amplo de possibilidades para a história social, cultural, econômica e política.<sup>35</sup> Embora sendo um campo fértil, ele é escorregadio, pois mesmo que a notícia escrita pretenda representar a realidade, a imprensa, tendo poder, constrói o fato torneando-o conforme a ideologia a qual se propõe. E esta ideologia, ora explícita ora implícita, pode levar ao engano. Uma leitura precipitada, descontextualizada e acrítica, direciona o pesquisador, segundo a autora, a este resultado.

O historiador de hoje dessacralizou os fatos e sequer admite que eles sejam a base da objetividade, pois reconhece que eles são fabricados e não dados [...]. O historiador mantém o compromisso de buscar a verdade, mas há muitas verdades. Por esta razão constata que é impossível ser completamente objetivo; a objetividade continua sendo um critério fundamental da análise histórica, mas o seu olho mítico já é questionado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta estes aspectos.<sup>36</sup>

O exercício preparatório, que antecedeu a redação deste Trabalho de Conclusão de Curso foi, ao mesmo tempo, exaustivo e recompensador. A operação prática de ler os exemplares originais, fazer apontamentos, voltar ao arquivo e reler as fontes e partir, logo após, para a revisão das anotações e cruzá-las com a historiografia do Estado Novo e do Movimento Queremista, abriu um leque enorme de proposições para minha pesquisa. E admito: foram muitas as idas e as vindas! Eu afinava, a cada dia que passava, meu olhar sobre a fonte que eu dispunha e das reflexões que surgiram, aponto algumas, na forma de problemas de pesquisa, os quais giram em torno da cobertura dada pelo jornal *Correio do Povo* ao Queremismo em Porto Alegre.

Este trabalho se propõe a esclarecer a maneira com que o *Correio do Povo* noticiou as manifestações de rua e o Movimento Queremista em Porto Alegre e outras cidades, assim como elucidar a maneira como Getúlio Vargas foi representado nas edições do jornal, durante o período pesquisado. Será usada, como embasamento para este esclarecimento, a produção

---

<sup>35</sup> CAPELATTO, Maria Helena R. *História da Imprensa no Brasil*, SP: Ed. Contexto, 1988.

<sup>36</sup> Idem, p. 22.

historiográfica a respeito do Estado Novo, da figura de Getúlio Vargas e da História da Imprensa no Rio Grande do Sul e no Brasil. Entretanto, não há pretensão em esgotar o tema ou o assunto, pois ele é fértil e permite muitas análises, muitos questionamentos e muitas proposições. A História do Brasil é rica! Este trabalho pode ser considerado, sob este viés, como a possibilidade de abertura de um novo olhar sobre a política do rio-grandense, sobre o comportamento dos atores nela envolvidos e sobre o Movimento Queremista, assunto pouco abordado pela historiografia brasileira.

A dissertação de mestrado de Cássio Albernaz avançou, e muito, na pesquisa e nos estudos sobre Queremismo, ao focar o Rio Grande do Sul como cenário de reorganização política e partidária, no ano de 1945. Pretendo, todavia, acrescentar outro olhar ao Movimento Queremista, focado desta vez na imprensa, na forma como o jornal *Correio do Povo* apresentou este movimento, assim como a forma com que Getúlio Vargas foi representado neste periódico, a partir de Porto Alegre e outras cidades do Brasil.

## 2. GETÚLIO VARGAS: RELAÇÕES POLÍTICAS DE PODER

Este capítulo pretende analisar as relações tecidas por Getúlio Vargas ao longo da sua trajetória política no Rio Grande do Sul e no cenário nacional. Das ligações que possuía com o positivismo desde a juventude, Getúlio construiu, ao longo dos anos, uma rede de relações políticas que envolvia confiança, proximidade e oportunidade. Por outro lado, por divergências pessoais e ideológicas ao longo dos anos, ele arregimentou contra si políticos de partidos tradicionais que não concordavam com a sua postura. A pesquisa junto ao jornal *Correio do Povo* ofereceu suporte para a análise da carreira política de Getúlio Vargas e se mostrou fértil em estudos sobre relações políticas de poder.

O modelo político adotado na Primeira República estava centrado no regionalismo, tendo como eixo da orquestra, os estados de São Paulo e Minas Gerais. As bases regionais nestes estados controlavam os caminhos da jovem República, já então contaminada pelos vícios das oligarquias regionais. Famílias politicamente fortes nestes estados e partidos estruturados em núcleos ditavam o caminho político a ser seguido, obviamente sobre o interesse da base. As elites políticas estaduais que se sobressaiam, como as da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, acabavam engolfadas neste ínterim, possuindo capacidade de ação regional, mas com pouca área de influência a nível nacional, ofuscadas pelo dueto político São Paulo/Minas Gerais que se alternava continuamente no poder e na presidência do País. Este quadro político começa a entrar em crise na década de 1920.

Luiz Alberto Grijó, no texto “*Entre a barbárie e a civilização: conflitos armados no período republicano*” aponta para a crise política que crescia no estado, revelando novos atores que passaram a compor este cenário: oficialidade militar, camadas médias urbanas e as organizações de classe.

Segundo ele,

A década de 1920 foi de grande agitação político partidária no Brasil, e em especial, no Rio Grande do Sul. O modelo político-institucional e as práticas políticas correntes na República encontravam sérios sinais de desgaste e esgotamento, bem como o tipo de Estado então instituído. Seja pelas disputas intraoligárquicas e entre as oligarquias de regiões diferentes, seja pela atuação de agentes coletivos, alguns novos, como a oficialidade militar, as camadas médias urbanas e as organizações de

classe, as instituições e práticas não conseguiam dar conta dos conflitos e das diferenças.<sup>37</sup>

Na mesma direção, sinalizando para a crise política no estado, Marcos Napolitano, em seu texto *“A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920”* diz que:

no sul, desde janeiro de 1923, as facções da elite gaúcha mais uma vez lutavam entre si, fazendo voltar o fantasma da sangrenta Revolução Federalista do final do Século XIX. [...] A Revolução Libertadora, esconde na verdade um motivo prosaico: impedir a quarta posse consecutiva de Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, homem alinhado com grupos positivistas partidários de uma “ditadura republicana.”<sup>38</sup>

Após anos chefiando a presidência do estado e a direção do Partido Republicano Rio-Grandense - PRR -, mesmo acumulando habilidade política para aglutinar aliados ou dissolver oposições, Borges de Medeiros ainda têm fôlego para seguir adiante. Grijó segue argumentando a respeito da força que Borges de Medeiros possuía no cenário político gaúcho, dizendo que

Do mesmo modo, desde a morte de Castilhos, Borges era também o chefe do PRR posição que lhe permitia controlar toda a rede de sustentação do governo ancorada nas lideranças locais. Para as eleições de 1922, seu nome foi novamente proposto para o que seria sua quinta reeleição, possibilitada pelo texto constitucional em vigor no estado, com a condição, porém, de que a vitória do candidato à recondução só seria leria legítima caso obtivesse  $\frac{3}{4}$  do sufrágio.<sup>39</sup>

Contudo a elite gaúcha, no entendimento de Napolitano, na primeira metade dos anos 1920 ficou dividida entre os situacionistas que apoiavam Borges de Medeiros, chamados chimangos, e os opositoristas que apoiavam Assis Brasil, chamados de maragatos. Cabe ressaltar que a postura política de Assis Brasil era pelo federalismo, de orientação liberal e a postura de Borges de Medeiros era republicana e positivista. Os maragatos, descontentes com a crise financeira em que o estado estava mergulhado e alegando fraude nas eleições de 1923, embarcam em uma luta armada, conhecida como Revolução Libertadora, com o objetivo de evitar a posse de Borges de Medeiros. Depois de onze meses de entraves e sem apoio militar federal, de São Paulo ou de Minas Gerais, através de um tratado de paz, os maragatos aceitam a posse de Medeiros, com algumas condições.

---

<sup>37</sup> **GRIJÓ**, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In. *O continente em armas: uma história de guerra no sul do Brasil*. GRIJÓ, Luiz; NEUMANN, Eduardo (Org), Ed. RJ: Ed. APICURI, 2010, p. 171 e172.

<sup>38</sup> **NAPOLITANO**, Marcos. A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920. In: *História do Brasil República da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*, SP: Ed. Contexto, 2016, p. 74.

<sup>39</sup> **GRIJÓ**, op. cit., p. 173.

No final dos anos 1920, o Rio Grande do Sul está novamente em crise econômica envolvendo os pecuaristas, que reclamavam da diminuição de preços dos produtos e da redução do consumo de carne e couro no mercado internacional. A Constituição do Estado, então reformulada, não permitia outra reeleição e, cinco anos após o último pleito, no ano de 1928, Borges de Medeiros transmite o governo do estado ao novo presidente eleito, Getúlio Vargas. Embora Marcos Napolitano afirme que “quando Medeiros deixou o governo estadual, em 1928, conseguiu eleger seu melhor discípulo, Getúlio Vargas”, Carlos Rangel já coteja outra posição, pontuando que Getúlio Vargas não contava com apoio irrestrito de Borges de Medeiros.<sup>40</sup> Esta postura também é adotada por Luiz Alberto Grijó quando aponta que as diferenças políticas entre Vargas e Medeiros foram atenuadas com o estabelecimento de um ‘*modus-vivendi*’ entre ambos.<sup>41</sup> A afirmação de Rangel se mostra bastante plausível, na medida em que Getúlio, ao lado de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Paim Filho, faz parte de um novo grupo dentro do PRR “que demonstra estar disposto a iniciar um processo de aproximação com a oposição sul-rio-grandense, tendo por meta a unificação política do estado e sua projeção no cenário nacional”.<sup>42</sup>

Luiz Alberto Grijó toma emprestado de Joseph Love a denominação “geração de 1907” para se referir a este grupo de jovens políticos nascidos no século XIX, considerados pelo autor, como novos atores que estavam se inserindo na política nacional. Com trajetórias semelhantes no que se refere à idade, origem política familiar e formação acadêmica, eles eram membros do Partido Republicano Rio-Grandense à época de Borges de Medeiros no governo do estado. Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, José Antonio Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso eram os jovens que, segundo Grijó, a partir da década de 1920, “ocupariam cargos públicos importantes que os instrumentalizaram para alcançar posições cada vez mais importantes” em relação aos demais políticos do PRR e do cenário nacional. Eles seriam os “articuladores do movimento político-eleitoral da Aliança Liberal e de sua continuidade no movimento armado de 1930” e,

---

<sup>40</sup> **RANGEL**, Carlos Roberto da R. O governo de Flores da Cunha, In: GERTZ, René (Dir.), *República – Da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)*, Vol. 04, RS: Ed. Méritos, 2007, p. 19.

<sup>41</sup> **GRIJÓ**, Luiz Alberto. Uma cena campeira na Avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 1930. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*, POA: Ed. da UFRGS, 2004.

<sup>42</sup> **RANGEL**, op. cit., p. 19.

com seus arranjos políticos, deram sustentação à chegada de Getúlio Vargas ao governo nacional.<sup>43</sup>

Este arranjo político forneceu bases para que Getúlio Vargas chegasse ao governo do estado e planejasse uma aproximação com o Partido Libertador com vistas à formação de uma aliança entre republicanos e federalistas cujas chefias eram ocupadas por Assis Brasil (PL) e Borges de Medeiros (PRR). A frase “é preciso rio-grandensizar o Brasil”, de Luiz Vergara, indica a compreensão de um pacto que fortaleceria politicamente o Rio Grande do Sul possibilitando que um gaúcho pudesse chegar à Presidência do país.

Assis Brasil, nome vinculado à oposição, no ano de 1929, alia-se ao Partido Republicano Rio-Grandense formando a Frente Única Gaúcha – FUG – unindo as forças dos republicanos e dos libertadores em um grande objetivo coletivo: lançar o nome de um único candidato que catapultasse o nome do Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1930, sendo este capaz de romper com a hegemonia São Paulo/Minas Gerais. E o nome deste homem seria Getulio Dornelles Vargas.

O acordo político firmado em junho de 1929, conhecido como Pacto do Hotel Glória, foi a representação da aliança que acertou termos com políticos mineiros em prol da formação da Aliança Liberal. Com tudo isto, de acordo com Grijó, Vargas “tornava-se o principal mediador entre os vários agentes do jogo: Borges de Medeiros e o PRR, os políticos dos outros estados, os demais componentes da geração de 1907, Assis Brasil e o PL, Washington Luiz e o governo federal”.<sup>44</sup>

Grijó é muito claro ao definir os motivos pelos quais Getúlio Vargas se mantinha como a pessoa chave junto a qualquer ação prática.

Tanto pelo reconhecimento nacional que consolidara na campanha da Aliança Liberal, quanto pelo cargo que ocupava de presidente do Rio Grande do Sul, que punha em suas mãos os recursos humanos (Brigada Militar, polícia e funcionalismo) e econômicos (possibilidade de compra de armas e equipamentos) do Estado e o legitimava como o mediador por excelência das relações do Rio Grande do Sul com os demais presidentes dos Estados e com o governo Federal [...].<sup>45</sup>

A infância de Getúlio Vargas ocorreu em meio às violências da construção da ditadura positivista do Rio Grande do Sul: a estância de seu pai foi quartel dos castilhistas. Dos

---

<sup>43</sup> **GRIJÓ**. Uma cena campeira na Avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 1930, op. cit., p. 292 e 293.

<sup>44</sup> Idem, p. 305.

<sup>45</sup> **GRIJÓ**, op. cit. p. 317.

positivistas, que ele convive desde tenra idade, ele herda a concepção de que o governante é um ser superior e que está acima dos cidadãos, ditando-lhes o destino. Positivista “de berço”, filiado ao PRR, Getúlio Vargas consolida, aos poucos, sua trajetória na história do estado.

Embora com uma política fortemente regionalizada, o Rio Grande do Sul possuía personalidades de destaque, cujos nomes se expandiam para fora de suas fronteiras. Vargas já possuía uma trajetória na política antes do governo do estado, tendo sido deputado federal e ministro da fazenda de Washington Luís. Mas, incomodado com o rumo da política do Brasil e, obviamente procurando ganhar projeção pessoal no cenário nacional ao inserir o Estado do Rio Grande do Sul no eixo das decisões, Getúlio aceita ser o candidato único em nome do povo gaúcho para as eleições presidenciais. Entretanto, a eleição é vencida por Julio Prestes que não chegou a tomar posse, devido à Revolução que eclodiu em outubro de 1930 liderada por Vargas e apoiada pelos “tenentes”. O manifesto revolucionário de Getúlio Vargas é publicado nos jornais e as palavras “união sagrada” e “soldado da grande causa – destino heróico” contidas em seu discurso representam, nas palavras de Luiz Alberto Grijó, “uma espécie de regionalismo militarizado e agressivo”<sup>46</sup>. Ao que parece, Getúlio Vargas condensou, em seu manifesto, a representação da união de forças para um bem maior.

O governo provisório que sucedeu à deposição de Washington Luis, agora liderado por Getúlio Vargas, mostrou-se instável, pois nele estavam contidas várias forças políticas que participaram do golpe, cada uma desejando seu espaço no novo cenário político que se desenhava. Entre estas forças estavam os “tenentes” que participaram do movimento fornecendo o braço militar aos revoltosos. “Os tenentes, mesmo divididos, tiveram um papel fundamental tanto na preparação como na direção do movimento que promoveu a derrubada do governo na Revolução de 1930”, e deram sustentação aos planos de Getúlio Vargas de realizar a Revolução.<sup>47</sup>

As aspirações eram muitas, mas as frustrações não tardaram a aparecer. Segundo Rangel,

mal os cavalos foram encilhados para a marcha da conquista da capital federal, estouraram os conflitos entre aqueles que pretendiam lutar juntos com o “Rio Grande, de pé, pelo Brasil”. Antunes Maciel foi isolado entre os libertadores, e aproximou-se dos republicanos; João Neves, homem de confiança de Borges, foi

---

<sup>46</sup> GRIJÓ, op. cit. p. 319.

<sup>47</sup> CPDOC, *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*, Movimento Tenentista, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>> Embora tenhamos consciência do papel importante dos “tenentes” na Revolução de 1930, não nos aprofundaremos em tal discussão. Fica, registrado, aqui, o mérito que tais homens tiveram na sustentação do movimento e no apoio a Getúlio Vargas.

preterido; Pilla disse que Juarez Távora e João Alberto, com seu militarismo fascista e Osvaldo Aranha com sua ambição desmedida, iriam levar o país ao ‘descalbro completo’.<sup>48</sup>

Carlos Rangel destaca que Raul Pilla foi o político gaúcho que se mostrou mais contundente em relação ao governo provisório ao perceber que os conservadores Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, do PRR, seriam os mais ativos. Pilla, grande figura política do PL, manteve-se bastante crítico à intenção de Vargas de “liderar sozinho”. Do Partido Libertador, apenas Batista Lusardo (que foi nomeado para o cargo de chefe de polícia) e Assis Brasil (que assumiu a pasta da Agricultura) tiveram lugar. Para o PRR foram concedidas as importantes pastas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para Lindolfo Collor e a do Ministério da Justiça para Osvaldo Aranha. Ainda de acordo com Rangel,

no Rio Grande do Sul, as expectativas de maior participação política da minoria libertadora foram desvanecidas com a chegada do interventor, o General José Antonio Flores da Cunha. No interior do estado, a maioria dos intendentess municipais foi licenciada, com exceção dos republicanos ligados a Flores da Cunha e a Getúlio Vargas.<sup>49</sup>

Este caldeirão de insatisfações, de frustrações e de favoritismos obviamente não poderia dar em um bom resultado. O poder legislativo desmantelado, governadores afastados e novos interventores nomeados para a chefia dos estados, acabaram por restringir drasticamente as autonomias estaduais. Toda a esperança de uma maior participação dos estados no cenário da política nacional caiu por terra. O caráter centralizador e controlador do governo provisório, na figura de Getúlio Vargas, mostrava sua face: o regionalismo deveria ser substituído por um sistema de governo forte, de caráter nacional.

O Estado de São Paulo entrou em ebulição. Ainda, segundo Rangel, no Rio Grande do Sul “o impacto da revolta paulista sobre os partidos políticos foi grave. A elite partidária dos republicanos e dos libertadores foi exilada e o interventor federal [Flores da Cunha], aproveitando o vácuo de representação, criou seu próprio partido o Partido Republicano Liberal (PRL)”<sup>50</sup>. Por deficiências, de união e de ideologia, as oposições de São Paulo e do Rio Grande do Sul, exiladas, acabaram desarticuladas e sem força de ação que sustentasse uma revolução contra o governo central.

---

<sup>48</sup> RANGEL, op. cit., p. 21.

<sup>49</sup> Idem, p. 22.

<sup>50</sup> Idem, p. 26.



A ligação de Flores da Cunha e de Getúlio Vargas continuava a existir. Cunha, ao fundar o PRL e chefiar a bancada do partido na Assembleia Constituinte, entre os anos de 1933 e 1934, sistematizou arranjos capazes de fazer passar a lei que concedia eleição indireta para Getúlio Vargas à Presidência. E ele não parava por aí. Em contrapartida, em forma de retribuição, solicitava favorecimentos a amigos e interferia com frequência nos trabalhos da Assembleia, atitudes que motivaram Vargas a aconselhá-lo a voltar ao Rio Grande do Sul, fato que provocou uma fratura entre ambos.

Rangel assinala o rompimento definitivo entre Vargas e Flores da Cunha a partir de setembro de 1935, nas festividades do centenário da Revolução Farroupilha. A partir desta data, segundo o autor, os amigos de juventude “passaram a acusar-se mutuamente: Vargas dizia que Cunha fazia propaganda negativa sua e Getúlio acusava-o de sabotador”.<sup>51</sup> Deste momento em diante, arranjos políticos aproximaram Flores da Cunha com o PL, na intenção de enfraquecer Getúlio. Como se vê, o tempo da amizade entre ambos tinha ficado para trás. As rivalidades, as competições, os favorecimentos e as ambições afastaram estes dois políticos que passaram a ficar em lados opostos. Getúlio Vargas cada vez mais desenvolvia uma forma peculiar de governar que, em parte, contrariava sua postura quando era político gaúcho nos anos 1920. Suas intenções de projetar o estado do Rio Grande do Sul no cenário nacional ficaram, assim, condicionadas apenas a sua pessoa.

Antigos aliados de sua juventude como Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor estavam, ou afastados do governo ou rompidos definitivamente com ele. Os rivais Assis Brasil e Raul Pilla, mesmo que por breve e oportuno momento ficassem ao seu lado, agora ancorariam a oposição no Rio Grande do Sul.

José Nilo Tavares diz que

no Brasil, de 1937 [antes do golpe], não havia partidos políticos orgânicos e sim, partidos compostos por setores, de facções de classes antagônicas. Não havia partidos nacionais e identificados com as classes sociais. De fato, os partidos políticos eram locais, com atuação local ou regional.<sup>52</sup>

A matriz política regionalizada, sem partidos que possuíssem penetração nacional, favorecia os planos centralizadores do presidente. Tudo leva a acreditar que Getúlio Vargas, um positivista de raiz, não se deixava abalar com a dissidência política ou com o afastamento

---

<sup>51</sup> Idem, p. 32.

<sup>52</sup> TAVARES, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo, In.: SILVA, José Werneck da. (Org.), *O Feixe e o Prisma – Uma revisão do Estado Novo*. RJ: Ed. Jorge Zahar, 1991, p. 75.

de antigos aliados. Para compensar aqueles que se afastavam, ele construía novas teias de interesses políticos. Aos que ficavam, estes cada vez mais precisavam agir conforme as diretrizes do presidente, que logo rumaria para um passo grande: estabelecer oficialmente uma ditadura através do golpe que originou o Estado Novo.

Com o Estado Novo e a Constituição de 1937, o processo ditatorial se concretiza. No Rio Grande do Sul, o regionalismo é abafado e as tradicionais lideranças políticas gaúchas são sufocadas. Tudo em nome da centralização política que vem de cima, de forma completa e irrestrita, direto do palácio do Catete. Com os partidos políticos extintos por decreto e o fechamento do Congresso Nacional, a principal característica deste novo modelo político-administrativo era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe da Nação, ficando a cargo do presidente da República - Getúlio Vargas -, a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por sua vez, cabia nomear as autoridades municipais.

Entre os anos de 1937 a 1945, o Brasil conheceu uma ditadura loquaz, repressiva, torturadora, censuradora e nacionalista. Do ponto de vista econômico, há de se reconhecer, houve um enorme esforço para desenvolver e solidificar a indústria, com o objetivo de equilibrar a balança interna e projetar o Brasil no mercado internacional.

Conforme explica Sandra Pesavento,

No plano geral da economia brasileira, a falência do desenvolvimento capitalista baseado na agro-exportação implicou na busca da reordenação do sistema produtivo. [...] Aos poucos, ao longo da República Nova, a indústria foi-se impondo como nova forma de acumulação que nortearia o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.<sup>53</sup>

Mas, politicamente falando, sem abarcar as questões sociais e trabalhistas (que serão alvo do próximo capítulo), os longos anos de ditadura desgastaram a imagem de Getúlio Vargas e provocaram uma onda de insatisfação junto aos intelectuais, os estudantes, os professores, os jornalistas e os diferentes grupos políticos que foram sendo aliados do poder.

A distensão da ditadura, na direção da democratização do país, foi uma promessa feita por Getúlio Vargas, não por bondade ou altruísmo, mas por consciência de que a ditadura já estava sem forças para seguir por muito tempo mais. O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, que seria extinto em maio, já não conseguia conter as críticas ao sistema, que agora vinham de todas as frentes. No artigo escrito por Carla Rodeghero, que propõe uma análise entre o processo de anistia de 1945 e de 1979, é citado o descontentamento da

---

<sup>53</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*, Série Revisão, RS: Ed. Mercado Aberto, 1980, p. 104 e 105.

imprensa, que questiona a incoerência entre a falta de democracia no território nacional e a luta dos pracinhas da FEB pela liberdade internacional. Segundo Rodeghero, “o discurso da grande imprensa, ao se referir aos soldados brasileiros que participavam da Guerra, apontava para a incompatibilidade entre a permanência da ditadura (em nível interno) e a luta contra o totalitarismo (no âmbito internacional).”<sup>54</sup>

Assim, forças políticas e intelectuais utilizavam a entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados para pressionar o presidente a tomar medidas na direção da democracia. Afinal, como poderia um país defender a liberdade e a democracia fora de suas fronteiras, em uma guerra em outro continente, contra o tirano nazista Adolf Hitler e continuar mantendo a censura e a tortura em seu próprio território? Não! Isto não cabia mais! E a voz da imprensa escrita, ou radio transmitida, encarregou-se de levar este clamor adiante.

Cedendo às pressões, em 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas promulga o Ato nº 9, Adicional à Constituição de 1937, comprometendo-se a realizar eleições presidenciais. Vargas orienta que seja organizado um partido que dê sustentação do Governo - o PSD - cujas máquinas políticas estaduais (os interventores) seriam a base, sendo forte nos estados rurais e mais pobres. Em Julho de 1945, o PSD realizou sua Convenção Nacional lançando a candidatura do ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra para a presidência da república. Já os constitucionalistas liberais, reunidos em torno da União Democrática Nacional - UDN - faziam clara oposição a Vargas, convergindo neste partido as grandes elites políticas nacionais discordantes de Vargas. O nome do candidato da UDN surgiu do seio das Forças Armadas: o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Sandra Pesavento, no seu livro “*História do Rio Grande do Sul*”, faz um apanhado da história política, enfatizando aspectos da economia do país e do estado no pré e pós 1930. Ela localiza os desdobramentos da abertura, na direção da democracia, no território rio-grandense.

De um passado fortemente politizado,

a redemocratização do RS faz com que as principais forças anti-Vargas se congregassem em torno destes nomes: Osvaldo Aranha, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla. Flores da Cunha, após sua saída da prisão, tornou-se o principal foco de resistência contra o regime. [...] As principais forças anti-Vargas alinharam-se na UDN. O PSD no estado representou o interesse básico dos políticos tradicionais em continuarem no poder. Nele se agregaram elementos do PRR e PRL, como Protásio Vargas e Valter Jobim. Raul Pilla, reunindo seus antigos seguidores do PL, atuava pela imprensa através de inúmeros artigos pró-democracia.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> **RODEGHERO**, Carla. Pela pacificação da família brasileira: Uma breve comparação entre as anistias de 1945 e 1979, *Revista brasileira de História*, SP, Vol. 34, nº 67, 2014, p. 82.

<sup>55</sup> **PESAVENTO**, op. cit., p. 120.

René Gertz, na obra “*O Estado Novo no Rio Grande do Sul*”, aponta personalidades de destaque no sul do país, tanto cultural como politicamente. Em seu texto, Raul Pilla aparece da seguinte forma:

A lista daqueles que assumiram posições claramente críticas é relativamente pequena. Possivelmente um dos mais coerentes em termos de relacionamento com os poderosos do período tenha sido Raul Pilla. Neste caso – claro – não se sabe se a coerência é do intelectual Pilla ou a do político Pilla. Presidente do PL à época da deposição de Flores da Cunha, em 1937, foi um dos poucos de seu partido que não aderiram, tendo marcado seu protesto com a renúncia à chefia partidária.<sup>56</sup>

Como ficou claro acima, no passado, quando da necessidade de enfrentar a política “café com leite” comandada por São Paulo e Minas Gerais, Getúlio Vargas agregava em seu entorno políticos de ideologia semelhante e até opositores, como Raul Pilla e Assis Brasil. Neste período de conchavos e de alianças políticas intencionais e oportunistas, Vargas conseguiu unir amigos e opositores ao seu lado. Mas, após 15 anos de presidência, de tantas manobras ora afastando ora aproximando pessoas, neste frequente vai e vem, seus laços no Rio Grande do Sul se desgastaram. Ainda, segundo Pesavento,

Assim como em todo o país, a instalação da ditadura fez o Rio Grande do Sul aplicar uma série de medidas complementares decretadas pelo Executivo central. Tais medidas visavam dismantelar o esquema político anterior, aniquilar os regionalismos e acelerar o processo de centralização do poder.<sup>57</sup>

Através da pesquisa feita junto à fonte jornal *Correio do Povo*, de março a outubro de 1945, foi possível fazer uma análise da repercussão política que o processo de democratização provocou no estado. Durante a leitura do impresso, o foco ficou direcionado para Getúlio Vargas, ou seja, a pesquisa visou buscar a forma em que Vargas foi retratado e representado neste veículo, enquanto presidente e líder político do Estado Novo. Evidentemente, como outro achado significativo, o jornal também apresenta os personagens políticos que o cercaram durante seu trajeto como homem público, desde tempos passados. Mas agora, no ano de 1945, com a possibilidade de abertura política concretizando-se, com a censura e a repressão afrouxando o tom, com o DIP sendo pressionado a assumir uma postura menos austera, as opiniões e posturas políticas destas personalidades ganham um terreno fértil para se expressar.

---

<sup>56</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005, p.128.

<sup>57</sup> PESAVENTO, op. cit., p. 117.

O jornal *Correio do Povo*, que nasceu sob a bandeira de neutralidade, desde sua fundação se dispôs a sustentar um jornalismo informativo. Fornecendo espaço para vários tipos de notícias, ele abre suas páginas e descreve o cenário político, na tentativa de reproduzir o processo de democratização no Rio Grande do Sul e no resto do país. Como havia de se esperar, o jornal estampou em suas edições matérias de todos os candidatos à presidência, assim como serviu de instrumento para divulgar o processo de rearticulação partidária que ocorreu no ano de 1945. Todavia, o jornal avançou, em alguns momentos, enfatizando largamente as manifestações populares que ocorreram no Brasil, os comícios, a fundação de diretórios bem como a criação de filiais da UDN, PSD, PCB e pró-candidatura Getúlio Vargas. Das manifestações populares relativas ao Queremismo, várias matérias foram veiculadas, oriundas de vários atores sociais que apoiavam a permanência do presidente.

Do período pesquisado, a primeira reportagem do *Correio do Povo*, visivelmente contra os rumos da política dos últimos anos, data do dia 02 de março de 1945. Nela, Raul Pilla faz um chamamento “aos libertadores”, convocando-os a reorganizarem-se enquanto partido, abre seu voto de apoio a Eduardo Gomes, mas indica o anseio, que a seu ver, é popular:

[...] O povo brasileiro, que muitos julgavam inteiramente anestesiado e, por isto, incapaz de salvar-se, despertou da letargia, a que o haviam condenado e ergueu-se de súbito, do seu leito de sofrimento e de morte, ao som de um nome: o do major-brigadeiro Eduardo Gomes. [...] A candidatura de Eduardo Gomes impôs-se a todos os espíritos amantes da liberdade.<sup>58</sup>

Na matéria acima, assinada por Pilla, é importante observar o aspecto ativo que ele passa a atribuir ao povo, dizendo que este “despertou da letargia” e “ergueu-se de súbito”. A partir destas duas expressões podemos entender que, para ele, a população estaria saindo da inércia, de um passado de apatia, pronta para refletir e para agir.

Médico de profissão e notadamente intelectualizado, utilizando-se de uma retórica rebuscada e recheada de metáforas, Raul Pilla lança mão das palavras “letargia”, “condenado”, “sofrimento” e “morte”, para indicar que o tempo do flagelo do povo brasileiro chegara ao fim. Este flagelo, representado pelos anos de ditadura e, por conseguinte, pelo governo Vargas, seria ultrapassado e vencido, através do nome de Eduardo Gomes. Mostra, também, que sua ideologia libertadora ainda se mantém forte, mas que estaria apoiando a UDN, aliando-se aos opositores de Vargas na defesa do bem comum.

---

<sup>58</sup> Jornal *Correio do Povo*, 02/03/1945, p. 2.

Na coluna “*Microscópio*”, Raul Pilla manifestava-se sempre de forma contundente e com aspereza nas palavras.<sup>59</sup> Ele não media esforços para criticar a política adotada por Getúlio Vargas nem, tão pouco, para mostrar sua reprovação aos Queremistas. No dia 19 de abril ele escreve que “em 1937 ela [a República] foi simplesmente traída e substituída pela ditadura pessoal do Sr. Getúlio Vargas; que esta ditadura tudo corrompeu e invalidou. [...]”<sup>60</sup> e no dia 22 de abril, ele segue o ataque chamando o presidente de traidor, ditador e golpista dizendo que a candidatura de Dutra era “simples cortina de fumaça para esconder as manobras destinadas a assegurar a permanência do Ditador”<sup>61</sup>. Completando, no dia 18 de julho, ele diz que “o ‘Queremismo’ é mal de muitos”.

Por outro lado, o jornal *Correio do Povo* também abre espaço para matérias que representavam uma espécie de ‘resposta’ aos ataques de Pilla a Getúlio. Servindo de suporte material para debates políticos, o jornal prestava-se a oferecer ‘direito de resposta’, nutrindo, em parte, um duelo de palavras e de eloquências. Um exemplo claro deste rebate profuso, aparece publicado durante três dias, entre os meses de junho e julho de 1945, em uma carta que foi publicada na coluna ‘*a pedido*’ no jornal *Correio do Povo*. Com o título de “Cartas operárias a um político”, a matéria é assinada por “Antônio Só” e direcionada a Raul Pilla, político do PL que atacava duramente Getúlio Vargas. Destas cartas, separo o seguinte trecho, publicado no dia 24 de junho:

Tudo aquilo que hoje temos, de proteção ao trabalho, foi obra exclusiva do benemérito governo do Dr. Getúlio Vargas e de seus auxiliares e colaboradores mais diretos. E assim, Dr. Pilla, por mais cartas que me escreva, jamais conseguirá apagar da memória dos operários o nome do autor dos inúmeros benefícios e vantagens que ora desfrutamos.<sup>62</sup>

No dia 01 de julho, outra “Carta Operária” e publicada, cujas últimas linhas trazem a impactante mensagem a Pilla, em forma de assinatura: “Mas eu, Antonio Só, eu povo, eu operário, eu não sou seu amigo. Desculpe sim?”

Era bastante comum que textos com pseudônimos fossem publicados, bem como textos “*a pedido*” – estratégia geralmente usada por grupos que tinham que pagar espaço no jornal quando não tinham local “naturalmente” destinado. Entretanto, em relação às “cartas operárias”, faz-se necessário pensar: quem as escreveu? Era realmente algum operário ou

---

<sup>59</sup> A coluna “microscópio” era publicada sempre na página 4 do jornal. Entretanto, observou-se que tal coluna não possuía frequência de publicação, ou seja, ela apareceu eventualmente nas edições lidas durante a pesquisa.

<sup>60</sup> Jornal *Correio do Povo*, 19/04/1945.

<sup>61</sup> Jornal *Correio do Povo*, 22/04/1945.

<sup>62</sup> Jornal *Correio do Povo*, 24/06/1945.

tratava-se de alguém ligado a Vargas e oposto a Pilla, e que se passava por uma pessoa comum? Com estas perguntas em mente e, sabendo que o jornal era um veículo relativamente aberto, não é possível dar crédito total as suas palavras, como se elas fossem a representação real da voz dos trabalhadores. Fica, todavia, o registro das expressões contidas nestas matérias, que indicam, além de revanchismo político, o reconhecimento de Vargas como benévolo.

Outra reportagem publicada no jornal *Correio do Povo*, relativa ao apoio de alguns políticos a Vargas, foi publicada no dia 04 de março de 1945, no trecho que segue:

O passado de Vossa Excelência, a origem democrática do mandato que desempenha, sempre renovado pela incontestável manifestação da vontade popular, a serenidade de seu espírito; a magnanimidade de seu caráter; a obra gigantesca de seu governo para o reerguimento social do país; os esforços para reestruturação de nossas forças econômicas e principalmente, a segurança de seus atos na defesa da intangibilidade de nossa Soberania, constituem magnífico programa, constantemente aplaudido pelo povo brasileiro. Com os olhos fixos na grandeza do Brasil e com o pensamento voltado para Deus, renovamos-lhe o testemunho de nossa calorosa solidariedade.<sup>63</sup>

O excerto acima, retirado de um telegrama de apoio ao Presidente Getúlio e publicado no jornal *Correio do Povo*, indica o reconhecimento que alguns políticos gaúchos tinham em relação a Vargas, assim como o respeito pela carreira que ele construiu durante 15 anos de governo. Ao lê-lo, é possível notar a retórica grandiloquente, o arranjo das palavras e o belo falar, que beira quase ao exagero discursivo. Termos como “serenidade”, “magnanimidade”, “grandeza” e “solidariedade” são alguns dos vocábulos que resumem a mensagem a qual o telegrama se propõe: deixar claro o apoio destes homens a Getúlio Dornelles Vargas, além de reforçar, obviamente, suas grandes qualidades.

Entretanto, ao analisá-lo com minúcia, separando-o em partes, surgem alguns contrastes. A expressão “origem democrática do mandato que desempenha” facilmente pode ser contestada, na medida em que Vargas era presidente da Nação via Golpe de Estado e não por eleição democrática. Por outro lado, as expressões “vontade popular”, “serenidade de seu espírito”, “magnanimidade de seu caráter”, “obra para o reerguimento social”, “esforços para reestruturação econômica”, “defesa da soberania”, “aplaudido pelo povo” e “calorosa solidariedade”, expressam, de forma positiva, o reconhecimento dos avanços sociais e

---

<sup>63</sup> Jornal *Correio do Povo*, 04/03/1945, p. 14 - Telegrama de apoio a Vargas, enviado pelo Comitê Rio-grandense de União Nacional. Assinam o telegrama Luiz Sarmiento Barata, Francisco Brochado da Rocha, Gustavo P. Dorneles, Dr. Geraldo Otávio Rocha e Dr. Tarso Dutra, entre outros.

econômicos de seu governo, mas reforçam, e muito, o carisma popular construído por Vargas através dos anos e por meio de suas obras.

Nos meses de março e abril, entretanto, há continuamente menção à falta de liberdade e de democracia e são feitas críticas abertas à constituição de 1937. Todavia, excetuadas as matérias assinadas por Raul Pilla e outras oriundas de diretórios acadêmicos, não há nas páginas do *Correio do Povo* ataques diretos ou matérias ofensivas na direção de Getúlio Vargas.

Ao mesmo tempo, a imprensa oposicionista do centro do país se ergue, após anos de silêncio, e inicia o processo reivindicatório, pelejando por espaço e por voz, pois há anos pleiteava por liberdade de expressão. Segundo matéria do dia 03 de março, Getúlio habilidoso discursista, faz declaração à imprensa do Rio de Janeiro. A manchete do Jornal *Correio do Povo* deste dia diz: “Fala à imprensa do país, o Sr. Getúlio Vargas - O chefe da Nação apresenta longa justificativa para o golpe de Estado do dia 10 de novembro [1937] e os atos do seu governo nos últimos sete anos: ‘Não copiamos modelos políticos do exterior’”, defendendo-se, no desenrolar do texto, das acusações que foram feitas ao longo dos tempos sobre o teor da Constituição de 1937 que se encaixaria nos moldes ‘nazi-fascistas’. Na mesma matéria, ao ser indagado sobre a garantia da liberdade de imprensa, ele acrescenta: “Certamente haverá liberdade ampla para apreciar os fatos políticos. [...] A nossa imprensa, órgão de colaboração do poder público, estou certo, saberá conduzir-se como convém, honrando as suas tradições de inteligência e patriotismo”.<sup>64</sup> Tal matéria mostra o interesse de Getúlio de aproximar-se da imprensa, chamando-a para a responsabilidade de informar sem deformar.

Várias são as matérias que seguem reivindicando maior espaço de expressão jornalística. Delas, cito esta, veiculada no dia 06 de março, cuja manchete traz:

Imprensa Livre – No domínio da organização outorgada em 1937, os órgãos de publicidade viveram a vida precária dos enclausurados, sem liberdade de ação, respirando o ar e sentindo a luz dosados por um aparelho assentado no Palácio Tiradentes [...]. Pois bem. Aos primeiros sintomas do arejamento do ambiente político, a imprensa brasileira realizou a própria alforria, rebelando-se contra a absurda tutela e tornando inoperantes as coações, as limitações, os entraves opostos a sua atuação.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Ambas as citações referem-se a mesma reportagem, citada no jornal *Correio do Povo* do dia 03 de março de 1945, p. 8.

<sup>65</sup> Jornal *Correio do Povo*, 06/03/1945, p 8.



É importante frisar que nos meses de março e abril é inexistente a cobertura ao Movimento Queremista no jornal, talvez porque o movimento aqui ainda não tenha chegado. No mês de abril pululam matérias pedindo anistia aos presos políticos, o que ocorre, de fato, com a promulgação da Lei 7.474, de 18 de abril, feita por Getúlio. O dia seguinte, 19 de abril, traz imensa matéria sobre a aprovação desta lei e sobre a soltura do líder comunista Luiz Carlos Prestes, preso desde 16 de julho de 1936. Carla Rodeghero aponta que os comunistas, neste processo, foram os “primeiros na demanda por anistia ou pela libertação dos presos políticos, já que muitos deles foram atingidos pela onda de prisões iniciadas em novembro de 1935”, completando que “o surgimento de entidades pró-anistia e a deflagração de campanhas públicas pela medida, no entanto, só se deu no começo de 1945, na conjuntura de relaxamento da censura e de reorganização das forças oposicionistas do Estado Novo”.<sup>66</sup>

Os meses de maio e junho de 1945 trazem várias matérias nas quais os nomes de Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha reaparecem no cenário. Notadamente, são matérias que denotam as rupturas políticas ocorridas no passado entre estas personalidades e Getúlio Vargas: antigos aliados, o presidente e estes políticos, agora aparecem em lados opostos. Como explica Dulce Pandolfi, “no Rio Grande do Sul, lideranças que haviam participado da Revolução de 1930, como Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Neves, articulados na FUG, começaram a questionar a continuidade do governo provisório.”

67

Ângela de Castro Gomes anuncia, em seu livro “*Getulismo e Trabalhismo*”, os moldes nos quais se delineou o sistema partidário nesta abertura na direção da democracia, ocorrida em 1945.<sup>68</sup>

O sistema partidário surgido nesta época (redemocratização de 1945) foi concebido dentro do limitado circuito dos arredores do presidente. Se tomarmos os três principais partidos então criados – UDN, PSD e PTB – fica claro que uma das suas diferenças mais marcantes se referia ao julgamento que faziam a respeito da influência do getulismo na política nacional. A UDN representava a oposição mais cabal à corrente que trazia em si os vícios de origem do ditatorialismo. O PSD e PTB se caracterizariam como agremiações de cunho getulista. Seus adeptos viam Vargas sob uma dupla ótica. Quer como o grande estadista e moderno administrador, que soube apreender as reais necessidades do país, quer como “o pai dos pobres” e criador da legislação social. Portanto é importante salientar que o

---

<sup>66</sup> **RODEGUERO**, Carla. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945 – 1947, *Métis: História e Cultura* – V. 05, nº Jul/Dez, 2006, p. 77.

<sup>67</sup> **PANDOLFI**, Dulce. Os anos 1930 e as incertezas do regime, In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (Org.), *O Brasil Republicano*, vol. 2, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003, p. 22.

<sup>68</sup> **GOMES**, Ângela de C.; **D'ARAUJO**, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*, SP: Ed. Ática, 1989.

personalismo político oriundo da figura de Vargas foi fundamental na configuração da nova ordem democrática.<sup>69</sup>

Podemos compreender, a partir de Ângela Gomes, que o processo de redemocratização ficou polarizado em três grandes partidos, embora cada um deles possuísse vínculos fortes com o passado histórico e político do Brasil. Mesmo pretendendo portar-se como oposição, a UDN mantinha os vícios das elites que para ela convergiam, fossem eles econômicos ou políticos; o PSD e PTB, por sua vez, mesmo com bandeiras ideológicas diferentes, estavam sob a égide de Getúlio, seu grande incentivador e impulsionador. É de se concluir que os três partidos carregavam vícios que contaminavam suas ideologias. Portanto seria impossível que estes três partidos pudessem, de fato, representar os anseios reais da população brasileira.

A elite política rio-grandense rachou-se, manifestando apoio a Eurico Gaspar Dutra ou a Eduardo Gomes. No dia 06 de maio, Borges de Medeiros, ainda chefe do PRR, concorda com a ala republicana que deu apoio à candidatura de Eduardo Gomes. De acordo com a cobertura do *Correio do Povo*, no dia 02 de junho, Flores da Cunha diz que, “no Rio Grande do Sul, Eduardo Gomes será vencedor” e, no dia 06 de junho Osvaldo Aranha, em Recife, declara também apoio a Gomes. Já no dia 14 de junho aparece a seguinte manchete: “Elementos destacados do PRR, dissentindo do Sr. Borges de Medeiros, resolveram filiar-se ao PSD” e, no dia 23 de junho, em entrevista, Borges de Medeiros diz que “Paim Filho é o responsável pela cisão do PRR, e que apoiará Gaspar Dutra”. Em 24 de agosto há a seguinte menção: “PTB gaúcho pró Getúlio Vargas”.

Como se pode observar, através da análise da fonte, o palco político rio-grandense, além de confuso, continha muito rancor. As elites políticas, mesmo adotando partidos opostos, tinham claramente desenhado a seguinte posição: exigiam eleições para presidente. A matéria do dia 19 de julho explica claramente a postura das oposições:

Manifesto do Partido Republicano, Libertador e Liberal, constituindo a junta estadual da UDN – Os três partidos rio-grandenses que em um decreto a ditadura tentou aniquilar, juntam-se para coordenar a vitória de Eduardo Gomes – Assinam: Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha.<sup>70</sup>

O mês de julho de 1945 é marcado pela proposta de rearticulação dos partidos políticos, antes extintos. Há várias matérias nas quais aparece o chamamento aos filiados do

---

<sup>69</sup> Idem, p. 08.

<sup>70</sup> Jornal *Correio do Povo*, 19/07/1945, p. 08.

PL, PRR, PRL e Partido Federalista para fazerem convenções e definirem os moldes nos quais se rearticulariam. Neste mês, surge a curiosa manchete: “Existem, no Brasil, 9.190.535 pessoas alistáveis e, no RS, 1.062.769”, dados estes apontados segundo o censo do IBGE, de 1940.<sup>71</sup> Já em outubro, o jornal noticia a confirmação dos dados: “Na estatística do TSE, o Rio Grande do Sul figura com 980.000 eleitores.”<sup>72</sup>

Em agosto aumenta o espaço no jornal destinado à política que, antes com uma página (a final), passa agora a ter quatro páginas (não necessariamente em sequência). Também, neste mês, outro fato relevante merece destaque. Aumentam volumosamente as matérias de cobertura ao Movimento Queremista e aos pedidos de candidatura de Getúlio Vargas, e diminuem as que se referem à candidatura Dutra, quase desaparecendo as matérias direcionadas para Eduardo Gomes. Esta descoberta pode ser explicada da seguinte forma: agosto é o mês em que o Movimento Queremista se consolida no país e no estado. Inúmeros diretórios e filiais pró-candidatura Getúlio Vargas espalham-se pela capital e interior. Comícios queremistas e pró-candidatura de Getúlio surgem simultaneamente por todas as cidades gaúchas. A análise das matérias publicadas no *Correio do Povo* indica o aumento à cobertura ao Queremismo e ao nome de Getúlio, ao mesmo tempo em que o jornal passa a “omitir” os nomes de Gomes e Dutra, referindo-se apenas ao PSD e à UDN. É interessante questionar: a menção apenas ao nome dos partidos seria uma forma do jornal compensar a omissão do nome dos candidatos Dutra e Gomes? Por que apenas o nome de Getúlio Vargas e o Queremismo aparecem explicitamente? Esta opção do jornal, por assim dizer, interferiria na opinião pública? Ela seria uma repercussão do debate político que estava ocorrendo nas ruas? Para estas perguntas resta buscar respostas plausíveis.

Para Gabriel Tarde, no livro “*O Poder das Massas*”, a relação público/jornalista aparece de forma desigual.<sup>73</sup> O leitor seria o elemento passivo e ingênuo, incapaz de perceber a influência que sofre pelos meios de comunicação. Já o jornalista, astuto e perspicaz, teria a consciência de seu poder de interferência. Para ele

O leitor, em geral, não tem consciência de sofrer esta influência persuasiva, quase irresistível, do jornal que lê habitualmente. Já o jornalista teria ao menos consciência de sua complacência para com o público, cuja natureza e cujos gostos não esquece jamais. O leitor tem menos consciência ainda: não suspeita em absoluto da

---

<sup>71</sup> Jornal *Correio do Povo*, 24/07/1945.

<sup>72</sup> Jornal *Correio do Povo*, 27/10/1945.

<sup>73</sup> TARDE, Gabriel. *O Poder das Massas*, SP: Ed. Martins Fontes, 1992.

influência exercida sobre ele pela massa de outros leitores. Mas esta influência é incontestável.<sup>74</sup>

Além de postular a diferença entre público (que pressupõe evolução mental e social) e multidão (que seria basicamente o agrupamento natural de pessoas, precedido apenas pela família), Gabriel Tarde trabalha as reações que o jornalismo provoca na coletividade, ao manejar com a opinião pública.

Entrecruzando a historiografia deste período com a leitura da fonte pesquisada, pode-se inferir algumas proposições. Getúlio Vargas foi uma personalidade forte no palco da política gaúcha, desde os primeiros anos do século XX. Positivista desde a infância, iniciado na política por influência de seu pai, então correligionário de Julio de Castilhos, Vargas construiu sua carreira política com muita representatividade no Rio Grande do Sul. Membro da “geração de 1907”, Getúlio edificou sua trajetória neste palco, entre coalizões e enfrentamentos, nas muitas táticas e estratégias adotadas por ele e pelas demais personalidades inseridas no processo político gaúcho. Ocupando a presidência do estado, uma cadeira no congresso como deputado federal ou uma pasta no Ministério da Fazenda, ele projetou seu nome e o nome do Rio Grande do Sul para fora das fronteiras. Isto, e não apenas isto, seria um fator explicativo da capacidade de encantamento de Getúlio Vargas junto à população: o Rio Grande do Sul tinha, através dele, um homem forte que simbolizava a bravura, a coragem e a ousadia dos gaúchos. Assim, o jornal *Correio do Povo*, ao se propor ser porta voz da população, adotando um jornalismo informativo e noticioso, teria que refletir esta proximidade.

Sob esta análise, a pretensa neutralidade ideológica do jornal mostrar-se-ia tendenciosa, pois nos últimos meses do Estado Novo, a meu ver, ele não foi neutro. O jornal *Correio do Povo* deu maior cobertura aos movimentos em torno do Queremismo (como veremos no próximo capítulo) e a candidatura de Getúlio Vargas, em detrimento dos demais candidatos. Mas esta é uma possibilidade que se abre para outra pesquisa, direcionada mais à história da imprensa e suas ideologias, assunto este que não é o foco deste trabalho.

---

<sup>74</sup> Idem, p. 31.

### 3. “QUEREMISTAS” – COMO OS JORNAIS OS QUALIFICAVAM?

#### 3.1 – *Os Queremistas eram vistos como baderneiros ou como atores políticos?*

No início da década de 1920, os moradores urbanos, transformados em trabalhadores das indústrias, operários da construção civil e de serviços informais, iniciaram os primeiros movimentos reivindicatórios exigindo direitos trabalhistas e melhorias nas condições de vida. Sob esta ótica, o processo de industrialização contribuiu para aumentar o caos nas cidades, na medida em que às péssimas condições das habitações, somavam-se a precariedade das instalações industriais, o trabalho estendido para além das 12 horas diárias, os salários miseráveis, a ausência do descanso semanal e de férias, além do uso de mão de obra infantil e de mulheres.

Maria Celina D’Araujo, no texto “*Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*” mostra que já era premente a necessidade de atenção às camadas da população urbana, fragilizadas pelo desamparo e pela negligência das elites políticas e por seus patrões.<sup>75</sup> A política liberal que orquestrava aqueles anos era excludente e omitia sua responsabilidade na melhoria da questão social e trabalhista. Obviamente os fantasmas da Revolução Russa de 1917 e do comunismo assombravam as elites. Dedicar leis e dar crédito às demandas trabalhistas poderia representar perigo no tênue arranjo que se equilibrava a coletividade da jovem República.

Segundo Maria D’Araujo,

Foi neste período [1930/1945] que se veiculou ostensivamente a existência de políticas sociais voltadas apenas para a população urbano-industrial embora não houvesse brotado ali a iniciativa estatal na regulação do mercado de trabalho ou na Previdência Social [...] Não se trata de analisar a genialidade ou o oportunismo político de um presidente [Getúlio Vargas], mas entender um processo maior de transformação que estava em voga: a transição de uma economia tipicamente rural para uma ‘urbano-industrial.’”<sup>76</sup>

Ângela de Castro Gomes tem extensa obra historiográfica a respeito do trabalhismo no Brasil dos anos 1930 e 1940. Em seus livros “*Getulismo e Trabalhismo*” e “*A invenção do Trabalhismo*”, e nos textos “*Ideologia e Trabalho no Estado Novo*” e “*O populismo e as ciências sociais no Brasil*”, Ângela de Castro Gomes aponta sempre para o papel ativo que os trabalhadores tiveram na construção do seu perfil na história da República, ao posicionarem-

---

<sup>75</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. Estado. Classe trabalhadora e políticas sociais, In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*, Vol.3, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2008.

<sup>76</sup> Idem, p. 215.

se como atores sociais que sabiam de seus direitos, que se organizavam em oposição à exploração de sua força de trabalho, pela luta salarial, pelo respeito à jornada de trabalho, por melhores condições de moradia e de vida. Mesmo sofrendo retaliações, sendo perseguidos e sufocados em seus intentos, os homens e mulheres deste passado, um tanto recente há de se convir, construíram, através de um caminho de lutas, as bases dos direitos trabalhistas que hoje desfrutamos. Nas palavras de Gomes,

Se nenhum dos governos pré-30 reconheceu a prioridade da questão social no Brasil, isto se deu justamente porque encaravam o problema da pobreza como inevitável e até funcional para a ordem social econômica [...] A grande finalidade da obra revolucionária era justamente enfrentar este estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identificava o trabalho como apanágio da pobreza. Neste sentido, o trabalho e a pobreza precisavam entrar em cena na política brasileira. Até 1930 a questão social ou fora ignorada, ou fora tratada erroneamente.<sup>77</sup>

A partir da Revolução de 1930, o compromisso de atendimento às demandas trabalhistas no Brasil tomou corpo. Getúlio Dornelles Vargas, agora chefe do governo provisório, tomou atitudes de atenção com os trabalhadores em acolhimento aos antigos pleitos. A criação do Ministério do Trabalho é uma prova incontestada desta tentativa de diminuir as mazelas de uma classe que, com sua força de trabalho, sustentava (no sentido de construir) o país. Emerge, em seu governo, a preocupação em formalizar leis trabalhistas que contemplem as exigências pleiteadas pelo operariado e que regulamentem o mercado de trabalho. Assim, Getúlio Vargas incorporou antigos temas reivindicados, convertendo-os na sua própria causa de governo.

Ainda, segundo Ângela de Castro Gomes,

É a partir deste momento, demarcado pela revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar – em especial durante o Estado Novo (1937/1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada na promoção do valor do trabalhador.<sup>78</sup>

No ano de 1940, Getúlio Vargas estabelece um salário mínimo como base de remuneração nacional, uma antiga solicitação dos operários. Neste ano, também promove uma profunda reforma na educação, através do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo

---

<sup>77</sup> GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*, 3ª Ed, RJ: Ed. FGV, 2005, p. 197.

<sup>78</sup> GOMES, Ângela de C. Ideologia e trabalho no Estado Novo, In: PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando o Estado Novo*, RJ: Ed. FGV, 1999, p. 55.

Capanema. Esta reestruturação na educação, centrada no trabalho como ideal educativo, nas palavras de Gomes, traduz uma alteração no foco da política do Estado Novo: o “povo trabalhador, tornado são e bem educado, era o principal responsável pela riqueza e grandeza do país.”<sup>79</sup>

A criação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - em 1943 regulamentou o seguro contra invalidez, contra doença ou morte, a proteção ao trabalhador acidentado no trabalho, garantiu o seguro maternidade às mulheres, restringiu o trabalho infantil, criou e indenização em caso de dispensa e normatizou a Justiça do Trabalho, órgão que visava equilibrar a relação tortuosa que havia entre patrões e empregados. Pode-se considerar, assim, que o trabalho e a educação serviram como pilares da base política Varguista, servindo como dois dos fundamentos onde a política social do governo Vargas sustentou-se.

Mas Getúlio Vargas não parou por aí. Desde os primeiros anos do governo provisório, e principalmente após o golpe que originou o Estado Novo, ele valeu-se de vários mecanismos para legitimar sua permanência no poder. Seja assumindo a postura de “Pai dos Pobres”, seja como benfeitor junto aos trabalhadores, Vargas foi personificado através de uma propaganda abrangente e eficiente, que promovia seus atos e suas proposições. O DIP, além de coordenar as ações ligadas à censura artística e agir junto aos meios de comunicação, ocupou-se de propagandear os feitos do presidente. Os projetos divulgados no rádio através da Hora do Brasil, os discursos em datas festivas ou as inaugurações de obras, foram mecanismos de comunicação direta utilizados para ligar o líder e a população.

Ângela de Castro Gomes assim escreve:

Foi só a partir do Estado Novo que sua figura começou a ser projetada como a de um grande indiscutível líder nacional. Em 1938 a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política do nosso país [...]. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor ao chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí, a encarnar o regime e todas as suas realizações.<sup>80</sup>

Entretanto, o mesmo DIP que se ocupava da propaganda Varguista, também estendia suas garras de censor na direção da imprensa. Durante os anos de 1939, ano de sua criação, até meados de 1945, data de sua extinção, o DIP operou em duas frentes: em ações de divulgação e propaganda e como braço do Estado na repressão política, na perseguição às

---

<sup>79</sup> Idem, p. 66.

<sup>80</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p.219.

oposições e na censura às artes e aos meios de comunicação. Marcos Napolitano diz que “a censura, realizada a partir de 1939 também pelo DIP, não era organizada apenas para inculcar nas classes populares os valores do estado Novo, mas também para impedir determinados temas no debate do público leitor.”<sup>81</sup>

Avaliando também o papel do DIP no Estado Novo, Maria Helena Capelato, na obra “*Multidões em Cena*”, afirma que,

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Vinculado diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir uma certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e com o povo [...]. A Imprensa foi igualmente controlada e manipulada. As empresas jornalísticas brasileiras só podiam se estabelecer se obtivessem registros concedidos pelos órgãos do DIP e as atividades dos profissionais também ficavam sob esse controle.<sup>82</sup>

Os jornais de oposição foram fechados ou depredados, seus donos perseguidos, suas prensas destruídas, suas palavras silenciadas. Esta era a posição frágil em que se equilibrava, ou melhor, que tentava sobreviver a imprensa de oposição, operando sob coerção. Entretanto, havia a imprensa que, seguindo as orientações do DIP, divulgava os feitos de Vargas, difundia a ideologia e, como completa Capelato, alguns desses “periódicos foram obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. A imprensa desempenhou suas tarefas sem nenhuma independência.”<sup>83</sup>

Através de declarações a respeito do descontentamento das elites em relação à ditadura, Marcos Napolitano indica dois fatos que prenunciaram o enfraquecimento da censura e a diminuição da capacidade de controle do DIP. Segundo o autor, em outubro de 1943 membros da elite liberal de Minas Gerais lançaram o *Manifesto dos Mineiros*, destacando a necessidade de redemocratização e, no início de 1945, o Congresso Brasileiro de Escritores lança o *Manifesto pela Democratização do Brasil*. A pressão por liberdade de imprensa era emergente nos primeiros meses do ano de 1945. No dia 06 de março, o *Jornal Correio do Povo* veicula a manchete “O trabalho de ter opinião...”, seguindo a matéria com as palavras:

O “Jornal do Brasil” publicou a seguinte nota: “A liberdade de imprensa, imposta pelos acontecimentos mundiais e aceita pela sensibilidade política do Governo, veio

---

<sup>81</sup> NAPOLITANO, op. cit., p. 151.

<sup>82</sup> CAPELATO, Maria Helena R., *Multidões em cena*, SP: Ed. UNESP, 2008, p. 81 e 82.

<sup>83</sup> Idem, p. 86.



dar ao povo brasileiro um trabalho novo, já há muito adormecido e que era privilégio até então do Major Amilcar [Diretor Geral do DIP] – o de ter opinião. Espetáculo novo para o homem da rua, com o espírito preguiçoso de sete anos de sonolência ditatorial [...].<sup>84</sup>

Se, nos meios culturais, acadêmicos e jornalísticos havia a necessidade de redemocratização do país, para uma parcela considerável da população brasileira a permanência de Getúlio Vargas se fazia necessária a fim de garantir suas conquistas trabalhistas.

Surgido em março de 1945, o Movimento Queremista se espalhou pelo país reivindicando a permanência de Getúlio Vargas no poder como o candidato “do povo e dos trabalhadores” nas primeiras eleições democráticas à Presidência da República. Tomando conta dos comícios, ocupando as ruas, exibindo cartazes de “Queremos Getúlio”, uma massa de pessoas humildes e de trabalhadores determinados conseguiu fazer ouvir a sua voz pelas cidades do Brasil. De forte caráter popular, este movimento englobava mulheres, jovens, idosos e operários. Como argumenta Jorge Ferreira, no texto “*Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945*”,

O Queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas.<sup>85</sup>

As elites oposicionistas, já cansadas de conviver com a censura e com a ditadura, foram incapazes de entender o papel ativo e determinado dos trabalhadores neste processo, que envolvia palavras de ordem e vivas a Vargas. Usando o termo “manipulação” como explicação aos fatos, logo trataram de fomentar hipóteses que justificassem tamanha devoção ao chefe da Nação. Jorge Ferreira rebate a expressão “manipulação”, dizendo que o “Queremismo não foi simples criação do Ministério do Trabalho com o suporte do dinheiro privado, como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso.”<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Jornal *Correio do Povo*, 06/03/1945, p. 08.

<sup>85</sup> FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945, op. cit., p. 26.

<sup>86</sup> Idem, p. 33.

Ao longo do ano de 1945, duas forças dividiam as ruas e as opiniões. De um lado, estavam os queremistas que lutavam pela continuidade do governo Vargas. De outro, estavam as elites, os intelectuais, os artistas, os estudantes e os antigos rivais do palco político que faziam oposição ao regime.

Carla Rodeghero, no artigo “*O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945-1947*” avança para além da polarização existente entre a oposição a Vargas e o Movimento Queremista. Ela assinala alguns atores que surgem no cenário político brasileiro deste período e reforça a atuação dos comunistas neste palco.

Para Rodeghero são,

Protagonistas importantes da cena política brasileira na primeira metade de 1945, os estudantes, através de suas organizações, lideradas pela UNE; a Liga de Defesa Nacional [...] que se tornou importante espaço de atuação de opositores do Estado Novo; a Força Expedicionária Brasileira; os comunistas que serão uma das forças políticas com crescimento e inserção popular consideráveis no breve período em que o PCB desfrutará de legalidade.<sup>87</sup>

Robert Levine, no livro “*O Pai dos pobres*”, cita algumas peculiaridades no modo de agir de Getúlio Vargas em relação ao povo que reforçavam os elos do presidente e da população. Em seus discursos, ora ele “apelava para todos os brasileiros, principalmente os humildes” ora “ele mantinha uma distância bem definida entre ele próprio e as pessoas, quem chamava de ‘populares’ (em seu diário). Todavia eles o amavam”.<sup>88</sup> A forma de Vargas se comportar, retratada por Levine, indica uma dualidade de posturas. Ao mesmo tempo em que ele chamava o povo a si, conclamando-o a unirem-se a ele em prol da Nação, Getúlio também mantinha distanciamento, seja como mecanismo de proteção pessoal, seja por entender que a separação entre ele e o povo se fazia necessária para resguardar sua imagem de chefe de Estado. Mesmo assim, para o autor, a veneração do povo em relação a ele continuava intensa, beirando à fé que as pessoas têm em relação a um santo. E Getúlio cultivava esta imagem.

Ainda, segundo Levine,

[alguns] decoravam altares com fotos e faziam pedidos pessoais como se a um santo. [...] Os brasileiros demonstravam confiança e afeto que tem por figuras políticas, referindo a elas pelo primeiro nome ou por um apelido. Durante grande parte da vida pública, Getúlio Vargas foi chamado de “Getúlio” ou “tio Gê”, marca de respeito e sensação de proximidade.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> **RODEGHERO**, op. cit., p. 183.

<sup>88</sup> **LEVINE**, Robert M. *O Pai dos pobres*, SP: Ed. Companhia das Letras, 2002, p.146.

<sup>89</sup> *Idem*, p. 153.

A expressão “Pai dos pobres”, termo criado por Lourival Fontes, diretor do DIP, alastrou-se pelo país através da propaganda maciça proferida em discursos transmitidos na Hora do Brasil. O órgão de propaganda DIP encarregou-se de reproduzir, a partir da postura simbólica criada por Vargas, a figura de homem honrado, protetor dos trabalhadores e defensor dos humildes. Um político de caráter reto, imagem a qual cabia respeito, simpatia e veneração. De acordo com Levine,

A propaganda despejada pelo DIP assegurava e ressegurava que Vargas lutava apaixonadamente pelos pobres. Ao dizer às classes de trabalhadores que elas eram o alicerce sobre o qual se assentava seu movimento político, Vargas expandia sua popularidade.<sup>90</sup>

Levine reforça continuamente que a construção simbólica do líder carismático foi arquitetada durante todo o governo Vargas. Esta estratégia assegurou que a imagem de guia paternal obtivesse o retorno positivo, colhida no momento oportuno, unindo os trabalhadores e as classes populares no movimento conhecido como Queremismo. Segundo ele,

Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo poderoso, alguém com quem deviam lealdade e que intercederia por elas se disse se provassem merecedoras. [...] Misturavam a figura de Getulio como a de um santo milagreiro com quem comungavam espiritualmente. Decoravam altares com fotos e faziam pedidos pessoais como se a um santo.<sup>91</sup>

As primeiras manifestações de apoio a Getúlio Vargas, veiculadas no jornal *Correio do Povo*, são redigidas de maneira tímida e não se enquadram em mobilizações de rua. Sem apresentar o nome ‘Queremismo’, estas matérias assinalam o apoio que alguns setores ofereciam ao Presidente da República. A primeira matéria encontrada neste jornal, anunciando homenagens a Vargas, foi publicada no dia 20 de março de 1945. Mesmo sendo pequena, e de meio de jornal, ela anuncia através da manchete “Os trabalhadores vão homenagear o Presidente da República”, a aspiração dos operários em saudá-lo, tendo como data prevista para ocorrer no dia do aniversário de Getúlio. Esta reportagem também se presta a atestar a intenção do governo em não interferir em sua organização.

As classes trabalhistas desta capital, aliadas às do Estado do Rio, estão preparando, por intermédio de seus líderes, grande manifestação de apreço e simpatia ao presidente Getúlio Vargas. Essa manifestação será realizada no dia dezanove de abril próximo, data do aniversário do chefe da nação. Um alto funcionário do Ministério do Trabalho declarou-nos que aquela Secretaria de Estado nenhuma ingerência vai ter no preparo da referida homenagem, a fim de que, desde a

---

<sup>90</sup> Idem, p. 96.

<sup>91</sup> Idem, p. 150/151.

iniciativa até sua realização, tudo corra por conta das classes trabalhadoras, dentro da máxima espontaneidade.<sup>92</sup>

A próxima matéria indicativa do apoio a Getúlio aparece publicada no dia 24 de março, com a declaração do Sr. Nelson Fernandes, presidente do Instituto dos Comerciários do Rio de Janeiro. A manchete impressa era: “Com Getúlio Vargas ‘em qualquer terreno e em qualquer época’”.<sup>93</sup> Outra reportagem, do dia 01 de abril traz, pela primeira vez a expressão ‘queremos Getúlio’, em uma longa reportagem sobre o afastamento do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Cito, abaixo, um excerto da reportagem do jornal *Correio do Povo* deste dia:

Afirma-se, com o maior indício de verdade, que o titular do Trabalho, ficando à margem do movimento da corrente majoritária que já adotou uma candidatura à presidência da República, estaria articulando um grande movimento em favor da continuidade do atual chefe da Nação. [...] Esse movimento, numa verdadeira caudal, emergiria da massa trabalhadora, aos brados de “**Queremos Getúlio**”. Os cartazes de propaganda já estariam mesmo encomendados para surgir numa manifestação impressionante no dia 19 de abril, data do natalício do presidente da República.<sup>94</sup>

Estes três achados, dos primeiros que foram localizados no Jornal, denotam os passos iniciais do que alguns dias depois seria chamado de “Movimento Queremista” e indicam a presença de duas das forças que atuaram neste cenário: os sindicatos e o Ministério do Trabalho.

No dia 20 de abril, data posterior ao aniversário do Presidente, as matérias seguem, a partir das três manchetes: “As manifestações de apreço são sinceras porque não são mais armadas pelo DIP”, “reconhecem as medidas de Vargas e os avanços ocorridos no seu governo” e “Getúlio, se te queremos de novo é porque és homem do povo”. Nesta mesma data, o *Correio do Povo* também noticiou o comício ocorrido em Rio Grande onde “perto de cinco mil operários desfilaram pela cidade homenageando o presidente Vargas, aos gritos de “Queremos Getúlio”, tudo decorrido na maior ordem.”<sup>95</sup> Em relação ao aniversário do Presidente, é importante registrar que este dia era uma das datas comemorativas já estabelecidas no calendário de festividades e de homenagens anuais, juntamente com o Dia do

---

<sup>92</sup> Jornal *Correio do Povo*, 21/03/1945, p. 08.

<sup>93</sup> Jornal *Correio do Povo*, 24/03/1945, p. 10.

<sup>94</sup> Jornal *Correio do Povo*, 01/04/1945, p. 24 (grifo nosso). Pode-se inferir, ao ler a reportagem desta data, que o Ministro Marcondes Filho não compactuava com a ala governista que propunha a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. A partir da matéria, Marcondes Filho estaria se alinhando à corrente que pretendia manter Getúlio no poder, ou seja, estaria na via de juntar-se à organização do Movimento Queremista.

<sup>95</sup> Jornal *Correio do Povo*, 20/04/1945, p. 10.

Trabalho, o dia da Proclamação da Independência, o Natal e o Ano Novo. Matérias alusivas ao aniversário de Vargas eram, portanto, esperadas em todos os jornais, evidentemente cada veículo emprestando o seu enfoque ao acontecimento.

Com a manchete “O ‘Queremismo’ em São Paulo”, o *Correio do Povo* mostra que a imprensa do Rio de Janeiro também dava cobertura ao Queremismo, o que revela que este era um movimento amplo, que envolvia trabalhadores de todo o país e que, independente da ideologia do veículo, nenhum jornal poderia omiti-lo.

Informam de São Paulo para “O Globo” que a cidade amanheceu coberta de cartazes fazendo propaganda getulista. Os muros foram cobertos de milhares de folhas impressas dizendo: “Queremos Getúlio, com Getúlio ontem, com Getúlio hoje, com Getúlio amanhã”. O telegrama que o “O Globo” estampa com grande destaque, apresenta: “No fundo, trata-se apenas de demonstração em grande estilo do “Queremismo” que muitos afirmam estar se organizando em São Paulo em bases amplas. Os cartazes, entretanto, não aludem diretamente à candidatura Getúlio Vargas, insistindo, apenas, no “queremos”.<sup>96</sup>

A próxima matéria, escrita em “*O Jornal*”, também do Rio de Janeiro, é publicada no *Correio do Povo* do dia 05 de julho, com a manchete “*Os três candidatos*”. Abaixo, segue um trecho da reportagem:

RIO, 4 (C. P.) - O jornalista Leal de Souza escreveu uma nota em “*O Jornal*”, sustentando que existem três candidaturas: Eduardo, Dutra e Getúlio. [...] Quanto à terceira, assim a define: “a candidatura de Getúlio não foi levantada por ninguém. Existe naturalmente, porque é expressão do sentimento nacional traduzido na fórmula popular “Queremos Getúlio”. É movimento silencioso que não tem chefes, não tem jornais e não tem dinheiro; é combatido pelo grupo do Brigadeiro; é atacado pelo grupo do General; é injuriado pelos jornais do governo; é desautorizado pelo próprio presidente Getúlio, e resiste sem aparência de reação. Resiste e avança”.<sup>97</sup>

Nesta matéria, a frase “existe naturalmente, porque é expressão do sentimento nacional traduzido na fórmula popular ‘Queremos Getúlio’”, denota que a ligação do povo com Getúlio era apresentada como autêntica e espontânea e não dependia da permissão dele ou de apoio financeiro para existir. O Movimento Queremista estaria, assim, enraizado na essência do povo brasileiro e a imprensa de outras cidades brasileiras não poderia mais negá-lo.

O jornal *Correio do Povo*, como um dos órgãos de imprensa do Rio Grande do sul, noticia, no dia 03 de maio, o discurso proferido pelo presidente por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho. A matéria, originária da Agência Nacional, é introduzida

---

<sup>96</sup> Jornal *Correio do Povo*, 17/08/1945, p. 12.

<sup>97</sup> Jornal *Correio do Povo*, 07/05/1945, p. 10.

no *Correio* da seguinte forma: “RIO, 1º (A.N.) – Foi o seguinte, o discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas, no estádio do Vasco da Gama [...] oração esta que foi irradiada para todo o Brasil e para todo o mundo em ondas curtas, longas e médias.” O texto que segue a estas primeiras frases, é a mensagem completa da fala do presidente, na grandiloquência já esperada para as festividades do dia 01 de maio. Como o estudo dos discursos de Vargas não é o foco deste trabalho, abaixo transcrevo apenas a descrição do que ocorreu em Porto Alegre após a audição da mensagem radio transmitida. Segundo a reportagem do jornalista que aqui estava,

O povo da capital percorreu as ruas dando vivas a Getúlio Vargas, à Força Expedicionária Brasileira, demonstrando, assim, que os homens desta terra sabem ser gratos a quem guiou o Brasil nos anos da guerra. A vibração espontânea e sincera, da massa popular, transformou um comício político que deveria se realizar em uma verdadeira apoteose consagradora do prestígio nacional de Vargas. Talvez nunca Porto Alegre tenha assistido manifestações tão espontâneas de tão grande vibração. O povo que comprimia pelas ruas acompanhou os manifestantes em sua visita ao Palácio do Governo, à Terceira Região Militar, ao “Correio do Povo” e Rádio Sociedade Gaúcha. Pelas ruas, onde passou o comício, as pessoas postadas nas sacadas prorrompiam em calorosas salvas de palmas. Terminando o comício, o povo invadiu os cafés do centro, tendo à frente a efígie do presidente Vargas e entoando canções patrióticas.<sup>98</sup>

Interessante observar, no excerto acima, a reação da população de Porto Alegre ao discurso de Vargas. Ao que mostra a reportagem, a população porto-alegrense desde o início de maio já manifestava de forma efusiva sua forte ligação a Getúlio Vargas. Esta identificação do povo com o presidente pode ser entendida sob dois vieses: primeiro, Getúlio Vargas era reconhecido como um presidente justo e benévolo para o povo; segundo, Vargas era um político gaúcho que já havia tecido uma rede de cumplicidade com a população do Rio Grande do Sul. Portanto a manifestação do povo gaúcho, para um gaúcho, ilustre era de se esperar. Outro ponto que merece destaque na reportagem é o fato do *Jornal Correio do Povo* fazer parte do itinerário da caminhada. Este fato evidencia a importância deste veículo para a comunidade da capital, o que mostra a aceitação da população ao estilo jornalístico exposto no jornal.

O jornal *Correio do Povo*, nos meses de maio e junho, publica muitas matérias que envolvem o estabelecimento de filiais e de diretórios da UDN, do PSD e de comitês pró-candidatura Getúlio Vargas em Porto Alegre, pelo Rio Grande do Sul e por todo o país. Cidades pequenas do interior rio-grandense como Dunas Altas, Capão do Leão, São Marcos, Arroio do Meio e

---

<sup>98</sup> *Jornal Correio do Povo*, 03/05/1945, p. 02.

Canguçu, entre outras, sediam comitês pró Getúlio. O PSD também aparece com vários comitês pelo interior do estado, em cidades como Ijuí, Canoas e Jaguarí. Já a UDN tem um número menor de reportagens noticiando seus comitês em bairros de Porto Alegre e pelo interior do estado, entre as quais cito: São João, Glória e Gravataí. O jornal também publica o chamamento dos comícios de Eduardo Gomes e de Eurico Gaspar Dutra e noticia os discursos de ambos, mas tende a omitir o nome destes candidatos, fazendo mais referências às siglas dos partidos UDN e PSD. Quanto ao movimento dos trabalhadores, o jornal *Correio do Povo* publica matérias, das quais relaciono a seguir algumas manchetes: “Os Trabalhadores vão homenagear o Presidente Getúlio Vargas” (21/03); “Homenageado pelos sindicatos dos trabalhadores de Petrópolis, Sr. Getúlio” (27/03); “Telegrama de entidades de trabalhadores ao Presidente Getúlio” (07/04); “Figuras destacadas das correntes esquerdistas congratulam-se com o Presidente Getúlio pela declaração da anistia” (25/04). Abrindo espaço em suas páginas para a expressão da oposição, no dia 04 de maio o *Correio do Povo* estampou a manchete: “Responde o Brigadeiro Eduardo Gomes ao Presidente Getúlio Vargas”<sup>99</sup>. A matéria fez referência ao discurso de Getúlio no dia 01 de maio, com as expressões então ditas por Eduardo Gomes: “Discurso sem dados de realidade”, “Getúlio exerce o poder por revolução e golpe de estado, pois nunca foi eleito”, “lisonjas ao povo são recursos demagógicos” e “o discurso do presidente é para apoiar o candidato oficial [Eurico Gaspar Dutra].”

Já a imprensa do centro do país, descrita por Jorge Ferreira, mas não nomeada em seu texto “*A democratização de 1945 e o Movimento Queremista*”, mantinha a postura de não poupar palavras para adjetivar, negativamente, a pessoa do Presidente. Com o afrouxamento da censura, os jornais, antes temerosos de represálias, apontavam todo o seu arsenal de vocábulos pejorativos na direção de Vargas, soltando a voz após anos de silêncio. “Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre outros tantos impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fevereiro.”<sup>100</sup> O rancor e a aspereza, destilados nas palavras dirigidas a Getúlio, colocam os jornais da grande imprensa do centro do país - como “*O Globo*” e a “*Folha Carioca*” – entre outros, na contramão do Movimento Queremista, pois na avaliação do autor, de maneira alguma a grande imprensa podia (ou queria) entender um movimento que brotava

---

<sup>99</sup> Jornal *Correio do Povo*, 04/05/1945, p. 04.

<sup>100</sup> FERREIRA, *A democratização de 1945 e o Movimento Queremista*, op. cit., p.17.

das massas, dos populares, dos trabalhadores e dos operários em geral. Não é difícil, logo, imaginar qual seriam os adjetivos com os quais os queremistas seriam qualificados, pois, ao se associarem a Getúlio Vargas, estariam na mesma vala comum do Presidente.

A pesquisa feita no *Correio do Povo* que buscou indícios das manifestações públicas e do Movimento Queremista no Rio Grande do Sul, não mostrou, à primeira vista, vestígios depreciativos de Getúlio Vargas e do Movimento Queremista, como ocorrido na grande imprensa do resto do Brasil. As matérias veiculadas neste jornal, e que trazem insultos ao presidente e aos manifestantes, validam a ocorrência destes fatos no centro do país, e não aqui no sul. Para registrar a cidade de origem, as reportagens eram iniciadas pelo formato: “S. PAULO, 3 (C. P.)” ou “RJ, 03 (C.P.)”. Tais matérias revelavam a escrita dos jornalistas do *Correio do Povo* que presenciavam os acontecimentos em tempo real nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e outras metrópoles ou, ainda, resultavam das transcrições de reportagens escritas em outros veículos jornalísticos ou via Agência Nacional (A.N)

Jorge Ferreira indica o dia 10 de março de 1945 como o dia em que surgiu pela primeira vez a expressão “Queremos Getúlio” expressa de forma espontânea. Estudantes universitários organizaram um comício na Praça da Sé, em São Paulo, portando cartazes que diziam “Liberdade de palavras”, “Anistia aos presos políticos”, “Nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo” e “Fora o getulismo”.<sup>101</sup>

O autor segue com a narrativa da cena conflituosa ocorrida no comício, da seguinte forma:

Para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram à praça e, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. O orador [do comício] aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, tornaram a bater nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo ao PRP!”, “Viva os trabalhadores” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio”<sup>102</sup>

A citação de Ferreira indica a disputa entre duas forças que, a partir de agora, estariam frente a frente nas ruas do país. De um lado estudantes e intelectuais pedindo por democracia, proferindo ataques a Getúlio em comícios e em manifestações públicas. Do outro lado, trabalhadores, operários e a população pobre que pedia pela permanência de Vargas no poder. O brado “nós queremos Getúlio” logo tomaria conta das ruas e conduziria multidões

---

<sup>101</sup> Idem, p. 17.

<sup>102</sup> Idem, p. 17 - Noto, aqui, uma divergência entre datas: Jorge Ferreira aponta o dia 10 de março como sendo o dia em que teria brotado, das multidões e pela primeira vez, a expressão “Queremos Getúlio”. Já o jornal *Correio do Povo* aponta a data de 03 de março como sendo o dia de tal ocorrência.



aos comícios populares pelas cidades do Brasil. O primeiro incidente ocorrido em comício, reportado no jornal *Correio do Povo*, data da edição que circulou no dia 04 de março, antes, portanto, do indicado por Ferreira. Nesta reportagem, o jornal registra o primeiro enfrentamento entre estudantes e trabalhadores, delineando dois atores que permaneceriam em lugares opostos durante o ano de 1945. Os estudantes contra a ditadura, e os trabalhadores a favor da continuidade do governo Vargas, confrontam-se na Praça da Sé em São Paulo, em um comício de rua ocorrido no dia 03 de março. A manchete é intitulada: “Incidentes no comício estudantil de São Paulo” e segue com a matéria:

S. PAULO, 3 (C. P.) A Secretaria de Segurança Pública distribuiu à imprensa a seguinte nota: “O comício promovido pelos estudantes marcado para às 18 horas, foi interrompido em consequência da chuva constante que caía, bem como pela presença de trabalhadores que regressavam das oficinas para seus lares e de inúmeros populares que aclamavam incessantemente o presidente da República, Sr. Getúlio Vargas. A polícia, representada pelo delegado auxiliar de Ordem Política e Social, Dr. Venâncio Aires, determinou as providências para a manutenção da ordem pública assim ameaçada [...] Fez guarnecer, outrossim, os edifícios da Faculdade de Direito, dos jornais “Diário de São Paulo” e “Diário da Noite”, que se acharam, a seguir, ameaçados de depredação por parte dos manifestantes contrários aos pontos de vista dos oradores do comício.<sup>103</sup>

A matéria acima, embora seja procedente da Secretaria de Segurança Pública, ou seja, de um órgão do governo, traz pela primeira vez as palavras “ameaçados”, “depredação” e “contrários”. Estas três palavras representam o prelúdio de muitas outras matérias que seguiram e que desqualificavam as manifestações de rua, passando a rotular os trabalhadores desfavoravelmente, e a compará-los a “baderneiros”. A notícia também indica o protagonismo dos “trabalhadores que regressavam das oficinas para os seus lares e de inúmeros populares” e o temor que sua manifestação atingisse órgãos de imprensa e a Faculdade de Direito, delimitando de certa forma, os apoios de cada um dos lados da disputa política.

Jorge Ferreira descreve um incidente ocorrido em Pernambuco, o qual foi alvo de críticas pela imprensa, mas que não consta nas páginas do *Correio do Povo*. A partir de uma reunião das “oposições coligadas”, ocorrida em Recife, que propunha anistia aos presos políticos, a então “noitada democrática” acaba em violência. A partir de discursos inflamados em prol da anistia e da democracia, com vivas a Eduardo Gomes, a oposição inflama-se a gritar por liberdade e por eleições livres. Entretanto, Nelson Pinto, um jovem negro que passava pelo local, entra no recinto e, nas palavras de Jorge Ferreira, “percebendo que se tratava de uma manifestação política, novidade para ele, não se conteve e gritou: ‘Viva

---

<sup>103</sup> Jornal *Correio do Povo*, 04/03/1945, p. 24.

Getúlio Vargas!”. À declaração de Nelson, logo seguiu uma pancadaria, sendo ele agredido e jogado do primeiro andar do prédio. Após ser medicado, Nelson foi conduzido até um avião que o transporta para ser recebido por Getúlio Vargas. Diante de jornalistas, Vargas declarou: “A isso, eles chamam democracia”.

E segue Jorge Ferreira,

A imprensa oposicionista, majoritária no país, tinha dificuldades em lidar com populares simpáticos a Vargas e nas suas páginas as imagens se repetiam: Nelson, descrito como um “bêbado”, “arruaceiro” e “provocador”, teria praticado violências em uma manifestação pacífica. [...] Desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens entre outros qualitativos, era difícil para os grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões para o inconformismo e definir os comportamentos de indignação de populares que se insurgiam contra os que ofendiam Getúlio Vargas.<sup>104</sup>

Jorge Ferreira indica um ponto interessante, que merece destaque. A forma com que a imprensa qualificava os Queremistas era visivelmente depreciativa. Em tumultos ocorridos, algumas vezes de forma isolada, era comum que a notícia fosse distorcida, emprestando aos manifestantes qualidades variadas, todas negativas. É importante postular que, quando a multidão estava reunida, atritos poderiam surgir, pois ali estavam contidas várias forças e pessoas com diferentes índoles. Mas a imprensa oposicionista, como objetivava o desmerecimento do movimento, não poupava palavras para desmoralizar os trabalhadores que participavam das mobilizações Queremistas.

Também aparecem no jornal *Correio do Povo* os enfrentamentos entre as oposições e os queremistas ocorridos em alguns comícios da UDN durante os meses de agosto, de setembro e de outubro. Dos insultos e xingamentos, o clima de confronto transformava as cidades em cenários propícios para brigas e para violência: os revanchismos políticos chegavam às ruas do Brasil. Sobre esse contexto, Jorge Ferreira diz que

Ao mesmo tempo que o movimento mobilizava a população com comícios-relâmpago, sobretudo com o objetivo de convocar o povo para o primeiro comício queremista, populares e trabalhadores impediam, sempre que possível, e utilizando os mais diversos expedientes, que a UDN realizasse manifestações públicas a favor do brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>105</sup>

Dois matérias publicadas no jornal *Correio do Povo* corroboram a argumentação do autor. Na primeira, do dia 07 de agosto, a manchete anuncia “Perturbado um comício da

---

<sup>104</sup> FERREIRA, *Quando os trabalhadores “querem”*: política e cidadania na transição democrática de 1945, op. cit., p. 27 e 28.

<sup>105</sup> Idem, p.42.

UDN, em Vila Isabel, Rio de Janeiro, havendo gente ferida”. Sintetizo a matéria que segue a esta manchete, da seguinte forma: “disse o jornalista Mario Martins, que esta foi essa uma manifestação tipicamente nazista e adianta que “queremistas”, organizados, procuraram perturbar a ordem e investir contra o povo.”<sup>106</sup> Na segunda, a manchete anuncia “Episódios degradantes” e explica que a matéria original foi publicada no jornal “*O Globo*” e replicada no *Correio do Povo* do dia 08 agosto, com a seguinte síntese, envolvendo o ocorrido no comício de Vila Isabel: “prática de todos os excessos de violência armada e impune do “Queremismo”, [...] no grande comício dos partidários do Brigadeiro Eduardo Gomes, comício esse que foi perturbado calculadamente por desordeiros e ébrios arregimentados ou conluídos em nome do ‘Queremismo’.”<sup>107</sup> Na imprensa do centro do país, os queremistas eram chamados de desordeiros e ébrios - já não são mais os trabalhadores que voltam de suas oficinas para seus lares. A matéria acima, que envolve palavras ácidas na direção dos queremistas, é originária do jornal “*O Globo*”. Entretanto, o jornal *Correio do Povo* veicula esta reportagem, fazendo soar aqui no sul o que ocorria no resto do país. Ao analisar a reportagem, surgem as perguntas: a postura do *Correio do Povo*, ao dar cobertura para todos os fatos, seria o resultado da sua ideologia que objetivava a prática um jornalismo informativo e isento de opinião política? Ou seria, por outro lado, uma sutil mostra do posicionamento do jornal? Tomando novamente emprestadas as palavras de Sérgio Dillenburg, o jornal *Correio do Povo* nasce com a proposta de ser “neutro e informativo, sem bandeira política”. É possível que esta proposição ideológica tenha sofrido influência política, mas, pelo que foi encontrado nas páginas do *Correio do Povo*, tal possibilidade não se mostrou clara e inequívoca.

Para ilustrar a imagem negativa e as palavras pejorativas as quais os queremistas foram caracterizados, apresento duas das manchetes que foram publicadas no mês de setembro: “Boatos alarmistas e impatrióticos de promessa de desordem em comício” (01/09); “*Folha Carioca* escreve: são boatos que circulam sobre comício queremista do barulho em 03 de outubro que serão dispersados violentamente” (19/09). Estas duas manchetes indicam que a imprensa do centro do país, além de dar cobertura aos fatos ocorridos, se prestava a espalhar o medo ao anunciar um fato que ‘poderia’ acontecer. Estas matérias, que usavam a palavra “boatos”, aludem a um futuro incerto, e mostram o pré conceito existente na imprensa em relação ao Movimento Queremista naqueles locais.

---

<sup>106</sup> Jornal *Correio do Povo*, 07/08/1945, p. 10.

<sup>107</sup> Jornal *Correio do povo*, 08/08/1945, p. 08.

Embora com todas estas manifestações populares e solicitações de permanência de Getúlio Vargas no poder como presidente da Nação, ele sempre deixou clara a sua escolha por não ser candidato à presidência nas eleições que ocorreriam em dezembro de 1945. As manchetes que seguem, reforçam tal opção: “Em seu discurso de agradecimento, o Sr. Getúlio Vargas afirmou que não será candidato e entregará o governo a seu legítimo sucessor” (13/03/); “Próximo ao termo do meu governo, sem aceitar outra coisa além da tranquilidade da vida privada.” (02/06/); “Soube-se aqui [São Paulo], que o “Queremismo” não pretende mesmo desaparecer, embora o Sr. Getúlio Vargas tenha afirmado que não é candidato” (04/08/); “Em entrevista à imprensa carioca, o Ministro João Alberto asseverou que o Sr. Getúlio Vargas não será candidato a um novo período presidencial.” (08/08/).

Assim, por escolher ficar à parte das eleições presidenciais marcadas para dezembro, Getúlio Vargas não se desincompatibilizou da presidência, fato este que fez alguns líderes do Movimento Queremista alterarem seus planos. A manchete do dia 04 de setembro é alusiva a à mudança de estratégia do movimento: “O comitê pró Getúlio Vargas no Rio, percebendo a não desincompatibilização de Vargas, muda o *slogan* para ‘Com Getúlio Vargas para constituinte.’”<sup>108</sup> Adiante, no dia 07 de setembro, o *Correio do Povo* veicula duas manchetes: “Mas o Queremismo quando quer, quer mesmo – Convocação de Assembléia Constituinte com Getúlio Vargas à frente do governo” e “Góes Monteiro declarou que não há mais esperanças para o Queremismo.”

Para explicitar a preocupação com a ordem, a matéria publicada no dia 07 de outubro se refere ao descontentamento do Exército, temeroso que o Movimento Queremista representasse um plano continuísta de Getúlio para manter-se no poder. O Comandante da 4ª Região Militar, General Raimundo Sampaio, “impede o comício ‘queremista’ em Juiz de Fora, ordenando que as faixas do PSD e UDN permanecessem e que os caminhões de limpeza retirassem as faixas do PCB e dos ‘queremistas’”.<sup>109</sup> No dia 09 de outubro, surge a manchete: “Explicado, pelo Gen. Raimundo Sampaio, as razões de ter impedido o comício ”queremista” em Juiz de Fora, por ocasião do desembarque da FEB”, seguida da justificativa do general: “Não permiti no momento da chegada dos patrícios que na Europa lutaram, a exploração de politiquieiros, quer “queremistas”, quer comunistas.”<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Jornal *Correio do Povo*, 04/09/1945, p. 12.

<sup>109</sup> Jornal *Correio do Povo*, 07/10/1945, p. 24.

<sup>110</sup> Jornal *Correio do Povo*, 09/10/1945, p. 24.

Esta última matéria é o prenúncio do descontentamento que havia dentro do próprio governo de Vargas. Marcos Napolitano diz que

As crescentes manifestações queremistas e a antecipação das eleições estaduais, inicialmente previstas para março de 1946, foram retratadas como manobras continuístas de Getúlio. [...] Não há maiores indícios documentais que autorizem a historiografia a endossar a tese de golpe continuísta em marcha. Mas, na época, a oposição não quis esperar para ver. A nomeação de Benjamin Vargas fez a oposição ficar mais unida e aumentou a desconfiança dos quartéis. Em 29 de outubro, o Alto Comando do Exército, articulado por Góes Monteiro e Cordeiro de Farias, com apoio resignado de Eurico Dutra, deu um ultimato ao presidente, exigindo a demissão do seu irmão da chefia da Polícia.<sup>111</sup>

Boris Fausto, no texto “*A ‘volta nos braços do povo’ e o suicídio*”, escreve sobre as atitudes dos militares que depuseram o presidente, da seguinte forma:

Ninguém ousou prendê-lo, exilá-lo nem simplesmente suspender seus direitos políticos. Sugestões deste tipo, da parte de alguns generais e da oposição civil, foram repelidas por Góes e Dutra, lembrando aos militares que, se houvesse punições, eles também deveriam ser atingidos. Os condestáveis do Estado Novo afastaram Getúlio [...] com luvas de pelica, em nome da ordem, ameaçada pela “malta comuno-queremista”, percebendo, com razão, que o Getúlio de 1945 já não era o mesmo de 1937.<sup>112</sup>

A deposição de Getúlio Vargas, ocorrida em 29 de outubro de 1945, é noticiada no dia seguinte, em matéria de capa, no *Correio do Povo*, precedida pela manchete: “Renunciou o Sr. Getúlio Vargas, entregando o governo ao Presidente do STF.” Abaixo, excerto da matéria que seguiu a esta manchete: “Não se trata de golpe, diz Góes Monteiro, mas de uma medida do Exército em face do governo de Getúlio Vargas não se achar mais em condições de manter a tranquilidade necessário no país para a realização do pleito em 02 de dezembro.” Na mesma página, outra matéria diz:

General Góes Monteiro, como chefe de todas as forças armadas, esclarece os acontecimentos: Em nome das forças armadas, declara que o Sr. Presidente da República, diante dos últimos acontecimentos e para evitar maiores inquietações, se afastará do governo transferindo o poder para o presidente do STF. O Sr. Presidente da República fará proclamações ao povo, numa manifestação do seu patriotismo, para que a ordem pública não sofra descontinuidade e para que se mantenha inalterado o prestígio do Brasil.<sup>113</sup>

Desta maneira, mesmo com toda a mobilização popular, com todas as manifestações públicas e as demonstrações de apreço dos trabalhadores em relação a Getúlio Vargas, o presidente da República do Brasil, em 29 de outubro de 1945, foi deposto de seu cargo como

---

<sup>111</sup> NAPOLITANO, op. cit., p. 169.

<sup>112</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 157.

<sup>113</sup> A manchete citada, assim como as matérias descritas neste parágrafo, foi veiculada no Jornal *Correio do Povo* do dia 30/10/1945, na p. 01.

chefe da Nação, por meio de militares que foram antigos aliados seus. Estes mesmos homens deram sustentação a seus planos na Revolução de 1930, estiveram a seu lado durante o golpe do Estado Novo, mas, em 1945, já não concordavam com a postura de Vargas. Seja pelo nobre motivo de “proteção da ordem” seja por puro receio de que o Movimento Queremista catapultasse Getúlio a outro mandato presidencial, eles acabaram vencendo em seu intento. Em nome da democracia e da ordem, Getúlio Vargas foi deposto e voltou, como era de seu desejo, para sua fazenda na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul.

### 3.2 *O Presidente e o Povo: as representações de Getúlio Vargas na imprensa*

Seguindo a análise do Movimento Queremista, ao mesmo tempo em que foi buscada a forma como a imprensa – e em especial o *Correio do Povo* – se referia aos queremistas, também foram averiguados no jornal porto-alegrense, os indícios da representação de Vargas junto à população, indicativos da maneira que ele agia para retribuir o reconhecimento popular.

Dirigindo o olhar para a importância do trabalhador na construção do processo histórico brasileiro, Ângela de Castro Gomes afirma que a “ascensão de Vargas ao poder em 1930 será acompanhada pela preocupação em definir um novo pacto político, que sanasse as mazelas da República Velha.”<sup>114</sup> Em seus estudos, de considerável relevância para a História do Brasil, ela enfatiza que o trabalhismo foi uma ideologia política ligada à personalidade de Getúlio, em sua obra social e tipo de conexão - “direta e emocional” - que Vargas decidiu alimentar com a massa de trabalhadores.

Para Ângela Gomes,

O sucesso do Estado Novo dependia de uma ampla base de legitimação que foi buscada eficientemente, junto à classe trabalhadora. [...] O grande triunfo de Vargas foi a insistente defesa de que o Estado Novo representava o momento ótimo para a implementação no país de uma democracia social, para a valorização do trabalhador e para o reencontro do Estado com a Nação, através da liderança pessoal do presidente. A pregação estado-novista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável e até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o Getulismo. Portanto é importante salientar que o personalismo político, oriundo da figura de Vargas, foi fundamental na configuração da nova ordem democrática.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> GOMES; D'ARAUJO. *Getulismo e trabalhismo*, op. cit., p. 06.

<sup>115</sup> GOMES; D'ARAUJO. *Getulismo e trabalhismo*, op. cit., p. 07 e 08.

Das matérias contidas no jornal que indicam a concordância de diversas categorias trabalhistas na permanência de Getúlio na chefia da Nação, sito manchetes publicadas no jornal *Correio do Povo*, elucidativas deste apoio: “Com Getúlio Vargas, ‘em qualquer terreno e em qualquer época’” - apoio do Instituto dos Comerciários. (24/03); “Telegrama de entidades trabalhistas ao Presidente Getúlio Vargas” - Várias federações com sede do Rio Grande do Sul o apoiavam. (07/04); “Telegrama dos Comerciários do Rio Grande” - Que se referem ao espírito justiceiro de Getúlio Vargas (06/06); “Mensagem dos Marítimos ao Presidente da República” - Sinceridade e certeza de gratidão, amizade e confiança dos homens do mar. (27/05); “Homenagem dos músicos ao Presidente da República” - Manifestação de simpatia ao Presidente Getúlio. (16/06); “Não é só entre os operários...” - Negociantes, industriais e lavradores o apóiam e arrola quem é contra: bacharéis, políticos e granfinos. (03/07). Curioso destacar, ainda, o telegrama redigido pelos presidiários da Casa de Correção de Porto Alegre e enviado ao presidente “pelas mãos do jornalista Valdir Rodrigues”, apelando pela “comutação de pena”.<sup>116</sup> Este telegrama retrata apenas um, dos vários tipos de pedidos, oriundos das camadas mais simples da população, destinados a Getúlio Vargas, além de indicar a penetração que a figura do jornalista possuía junto ao povo, agindo, em muitos casos, como porta voz de suas reivindicações.

As manchetes acima citadas reforçam a concordância e o reconhecimento de diversos setores às obras de Getúlio Vargas. Mesmo que algumas matérias sigam explicando que o apoio decorre de assinatura de alguma lei de proteção, de aumento de salário ou expansão de direitos à previdência, elas demonstram que os trabalhadores eram agradecidos pelo atendimento as suas demandas, e que se manifestavam positivamente nas ruas e em reuniões, nas quais os repórteres se faziam presentes.

Outra forma de comunicação que aparece no *Correio do Povo* são os telegramas mencionados nas reportagens. Embora eles fossem um meio de comunicação muito utilizado na época, eles servem de indicativo da aproximação nos diálogos. Segundo Michelle De Macedo, “os telegramas servem de indícios para compreender as motivações do apoio por parte dos trabalhadores e do povo a Getúlio Vargas, além de indicar um padrão cultural (gratidão pelas leis trabalhistas) e um modelo de democracia reivindicado pelos

---

<sup>116</sup> *Correio do Povo*, 27/07/1945, p. 04. – Entenda-se aqui a palavra comutação por ‘conversão’ ou ‘modificação’ de pena.

queremistas.”<sup>117</sup> Ao ler os telegramas podemos entender que os trabalhadores e populares, inseridos no Movimento Queremista, se valiam da sensação de proximidade com o presidente Getúlio Vargas, tecendo comunicação estreita com ele através de telegramas e cartas embora, obviamente, tais instrumentos fossem filtrados por seus assessores antes de chegarem às mãos do presidente

Uma forma de comunicação direta, e que surtia efeitos imediatos na população, eram os discursos proferidos pelo presidente em datas comemorativas ou inaugurações de obras importantes. Um discurso que foge a este padrão foi pronunciado em uma visita à cidade de Juiz de Fora/MG. Originário da Agência Nacional, o discurso foi publicado no dia 02 de junho no jornal *Correio do Povo*, sob a manchete “Próximo ao termo de meu governo, sem aceitar outra coisa além da tranquilidade da vida privada”, o discurso foi escrito para a população daquela cidade. Vargas enumera a região como importante pólo têxtil do Brasil, reitera o notável recurso hídrico de seus rios e finaliza seu discurso com as seguintes palavras: “Senhores. Agradecer-vos é difícil. As vossas calorosas manifestações de apreço apresentam, para mim, uma recompensa confortadora. Não as recebo como preito de gratidão. O que fiz era de meu dever, e vós mereceis muito mais.”<sup>118</sup>

As últimas frases, do discurso acima, mostram a estratégia que Getúlio tinha para manter-se próximo à população. A expressão “o que fiz era meu dever, e vós mereceis muito mais” indica que ele era consciente das demandas do povo, mas, também, mostram que ele sabia o que as pessoas esperavam. O discurso traduz uma fórmula simples: ele continuamente alimentava a relação de proximidade que, por conseguinte, era retro alimentada, ou seja, ele dava ao povo o que eles esperavam e ele recebia em troca o reconhecimento de que tanto necessitava. Nesta direção, Ângela Gomes descreveu no livro “*A invenção do trabalhismo*” semelhante fórmula, com as seguintes palavras:

A relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios. [...] Receber: toda dádiva só se cumpre com a aceitação do que é dado. Assim receber benefícios é um direito, mas igualmente um dever. Por este motivo, o Estado precisa não só doar, como criar a obrigação de receber [...] Retribuir: quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A força da coisa dada está em reproduzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> MACEDO, *Os trabalhadores exigem: o Movimento Queremista*, op. cit. p. 08.

<sup>118</sup> *Correio do Povo*, 02/06/1945, p. 04

<sup>119</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 228



No dia 08 maio, quando do anúncio do fim da guerra, surgiu uma gigantesca manifestação pública em defesa da democracia e da paz nas imediações do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, organizada pela Liga de Defesa Nacional. Os manifestantes seguem, após, para a praia do Flamengo e, “dando vazão aos seus entusiasmos cívicos” pelas ruas da região, pontualmente às 20h, eles entram nos jardins do Palácio da Guanabara. A matéria assim continua:

O presidente da República que, no momento, ia começar o seu jantar, veio à balastrada do Palácio da Guanabara, onde, então, foi entusiasticamente aclamado pelo povo. [...] O povo, embora impetuoso, é também leal, por isso ali estava novamente para aplaudir na pessoa do presidente da República, o patriota que soubera conduzir o país à guerra. O povo, lá embaixo, enchendo todos os jardins do Palácio, continuava suas expansões, dando vivas ao presidente Getúlio Vargas e às Nações Unidas.<sup>120</sup>

Este trecho é testemunho do que outras vezes foi estampado nas páginas do jornal. A população, em momentos de euforia e felicidade, tendia a procurar o Palácio da Guanabara para falar direto com o presidente. Mais uma vez a relação de reciprocidade entre povo e presidente é manifesta. Todavia, resta-nos a pergunta: a ida na direção do Palácio e a procura ao presidente era natural e voluntária? Se a resposta for sim, ela indica que realmente a ligação da população com Vargas era forte e ele, como chefe da Nação e homem sábio, possuía a habilidade de recompensar tamanha lealdade e carinho com discursos que continham palavras e termos que o povo gostava de ouvir. Se a resposta for não, tal comportamento poderia, entre outros motivos, indicar que o movimento era orquestrado por dirigentes ligados a Getúlio com vistas a interferir na opinião pública.

Ao compararmos os registros encontrados na fonte *Correio do Povo* com postulados da historiografia que é crítica ao uso do conceito de populismo, surgem algumas dúvidas sobre a validade da utilização deste conceito. Para Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, as palavras “manipulação”, “propaganda” e “populismo” foram termos monumentalizados no senso popular, sendo adjetivos pejorativos e empregados de forma inadequada para explicar a dinâmica compartilhada entre Getúlio Vargas e os trabalhadores, na conjuntura de 1945.

Respeitando, contudo, os argumentos de Gomes e Ferreira quanto a não classificação do governo de Vargas como populista, os achados no jornal *Correio do Povo* indicam outras possibilidades de análise. As matérias citadas, entre várias encontradas no jornal, nos fazem pensar se certas características associadas ao conceito de populismo não continuariam sendo

---

<sup>120</sup> *Correio do Povo*, 08/05/1945, p. 04

úteis para entender a relação de Vargas com setores populares no contexto de 1945. Pelo que percebi, durante a pesquisa no jornal *Correio do Povo*, Vargas alimentava continuamente a proximidade com os operários, com os pobres e com a população em geral. Fazia questão de participar das homenagens a ele dirigidas e dar respostas aos pedidos de aparição quando o povo dirigia-se a ele no Palácio do Catete ou da Guanabara ou nas ruas das cidades. Vargas caminhava junto da população, andava de carro conversível sem temer a proximidade com o povo e dirigia-se às pessoas de forma polida e cordial.

O “povo”, em retribuição, manifestava-se euforicamente em comícios, gritava e ostentava bandeiras de “Vivas a Getúlio” e “Queremos Getúlio”, enviava telegramas e cartas que envolviam pedidos e muitos agradecimentos. De fato, durante o período pesquisado, nas páginas do *Correio do Povo*, a população, e mais especificamente os trabalhadores urbanos, sempre estiveram próximos ao presidente e manifestaram consideração e lealdade a ele.

Evidentemente, sob o aspecto pejorativo do conceito de populismo, é prudente manter-se afastado de tal explicação teórica. Ao levarmos em conta a consciência cidadã dos trabalhadores e a sua capacidade de fazer escolhas e de lutar por suas demandas, realmente centrar a explicação da relação próxima entre os atores povo/presidente, no compromisso populista, seria depreciativo de ambos.

Tendo sempre em mente que o processo histórico está sempre em construção, fica registrada aqui, então, a possibilidade de aprofundamento da análise do uso do conceito de populismo para o Movimento Queremista e para a Era Vargas, assunto rico em fontes e muito instigante de ser pesquisado.

#### 4. CONCLUSÕES

Longo foi o caminho que percorri, desde a escolha do assunto do meu Trabalho de Conclusão de Curso, até a elaboração destas considerações finais. Quando decidi por estudar o Movimento Queremista, descobri que eu tinha um rico assunto nas mãos, ainda pouco explorado pela historiografia. Ao aprofundar minhas leituras sobre este tema, pude perceber que os autores que eu escolhi para estudar o movimento, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, focavam suas análises no eixo Rio/São Paulo, ou seja, eles pesquisaram as manifestações políticas ocorridas no centro do país. Assim, para agregar outro olhar ao Movimento Queremista, eu decidi focar especialmente minha pesquisa na cidade de Porto Alegre.

Aos poucos, e operando alguns recortes, eu defini o foco central do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Escolhi, então, objetivar minha análise na maneira como um jornal da grande imprensa, no caso o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, deu cobertura jornalística ao Movimento Queremista ocorrido no ano de 1945, final do governo de Getúlio Vargas e do Estado Novo.

Partindo deste objetivo, iniciei a pesquisa na minha fonte, o jornal *Correio do Povo*, que encontrei parte disponível no Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moysés Vellinho e os demais exemplares no acervo físico do próprio jornal. Ao mesmo tempo em que eu li a fonte, fazendo apontamentos e levantando questões, eu busquei aporte historiográfico que me auxiliasse a compreender o contexto político do Brasil do início do século XX, as relações políticas que Getúlio Vargas teceu no estado e um pouco da História da Imprensa.

Nas obras de Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Cássio Albernaz eu encontrei âncoras pelas quais eu pude conduzir minhas leituras. Assim, analisando o *Correio do Povo* e lendo a produção historiográfica, eu consegui traçar as bases pelas quais eu escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A bibliografia sobre o Movimento Queremista mostra, entre outros pontos, a tensão que envolveu o cenário político e as ruas do país, durante todo o ano de 1945. Após quinze anos à frente da chefia da Nação, sendo os últimos sete anos exercendo a presidência de forma ditatorial, Getúlio Vargas arregimentou contra si uma oposição obstinada. Do outro lado, ou melhor, ao seu lado, permaneceu a classe trabalhadora, os pobres e grande parte da população urbana das grandes cidades, que conviveram anos sob más condições de vida e com restritos

direitos trabalhistas. O Movimento Queremista veio, aos poucos, envolvendo esta parcela desvalida da população, que naquele momento encontrou uma bandeira pela qual lutar. Manter Getúlio na chefia do governo era garantia da manutenção dos direitos, tão duramente conquistados em anos de lutas e reivindicações. Estes homens e mulheres, conscientes dos conflitos travados no passado e das demandas já conquistadas, temiam por perder seus direitos e seus benefícios. E, ativamente, saíram às ruas enfrentando os que se opunham a seus ideais, dentro de uma lógica construída e alinhada com o trabalhismo. Com as pressões que envolveram o processo de democratização, iniciado em 1945, a grande imprensa do centro do país, sufocada após anos de censura e lutando pela liberdade de expressão, tomou lugar ao lado das oposições. Obviamente, com a retórica própria dos jornalistas e redatores, os jornais passaram a taxar as mobilizações populares que pediam pela permanência de Getúlio na presidência do país como ameaçadoras, qualificando os queremistas como depredadores, perturbadores, desordeiros, ébrios, violentos, impatrióticos e politiqueiros.

Após efetuar a pesquisa no jornal *Correio do Povo*, eu descobri que a fonte histórica fala, mas, todavia, precisa ser analisada e interpretada e que, para tal exploração, há que se ter uma sólida leitura teórica e historiográfica. Tendo em mãos ambas as práticas, reuni as descobertas oriundas da exploração do jornal *Correio do Povo*, e elas foram fecundas.

As descobertas proporcionadas pela análise da fonte mostraram algumas dissonâncias entre o que foi noticiado na imprensa do centro do país e o que foi divulgado neste periódico de Porto Alegre. Uma das descobertas foi que os adjetivos que desqualificavam os Queremistas, nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, não foram utilizados pelo *Correio do Povo*. Os comícios ocorridos em Porto Alegre foram descritos como pacíficos, mesmo envolvendo uma grande parcela da população. Quando o jornal mencionava atributos negativos referentes aos Queremistas, estes representavam transcrições de reportagens de tumultos em manifestações ocorridos fora de Porto Alegre e fora do Rio Grande do Sul.

Todavia, a polaridade estava estampada nas ruas e nos comícios, e o jornal *Correio do Povo* não poderia se furtar em divulgar estes vieses. O jornal deu cobertura aos comícios e à fixação de diretórios para todos os partidos políticos, incluindo a UDN, PSD, PTB, PCB e pró candidatura Getúlio Vargas. Entretanto, tendeu a conceder mais espaço em suas páginas aos pedidos de candidatura de Vargas e ao Movimento Queremista, fato que acabou por deixar os demais partidos em segundo plano,. Neste ínterim, os nomes de Eduardo Gomes e Eurico

Gaspar Dutra deixaram de figurar com tanta frequência no *Correio do Povo*, que passou a falar dos partidos UDN e PSD, em detrimento dos nomes de seus candidatos.

A esta constatação, eu busquei variáveis na trajetória política de Vargas que pudessem explicar tal fato. Gaúcho de nascimento e com um histórico de articulação política, de força de comando no sul e de proeminência no país, Getúlio possuía um elo forte com o povo do Rio Grande. Desta ligação, que estava inscrita no passado histórico de ambos, Getúlio e o “povo” comungavam de simpatia e proximidade, que beirava a uma relação de reciprocidade. Deste “laço”, recíproco como mostram as evidências noticiadas nas páginas do jornal, pude concluir que o Movimento Queremista teve mais simpatia da população gaúcha em relação às demais mobilizações dos outros candidatos e partidos aqui no estado. Os indícios mostram um maior sentido de identidade entre os gaúchos e Getúlio Vargas, possivelmente devido à sua trajetória política e ao passado político compartilhado por ambos.

Após a leitura de oito meses dos impressos, que corresponderam ao período em que o Movimento Queremista esteve em cena no contexto político de 1945 e, dentro da proposta ideológica do *Correio do Povo* de ser um jornal neutro, imparcial e sem ideologia política, verifiquei que este impresso, que integrava a grande imprensa brasileira, abriu espaço em suas páginas para todos os candidatos, todos os partidos e todas as mobilizações, tendendo, como foi dito, a dar mais cobertura ao Movimento Queremista e aos pedidos de candidatura de Getúlio Vargas. Todavia, o fato de o jornal ter aberto espaço para todos os candidatos e partidos mostrava não necessariamente que o jornal era imparcial, mas que tomava uma posição diferente daquela majoritariamente assumida pela grande imprensa do centro do país.

## **5. FONTE PESQUISADA:**

**CORREIO DO POVO, Jornal.** Edições de 01 de março de 1945 a 30 de outubro de 1945, Arquivo Histórico de Porto Alegre, Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e Acervo do Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**ALBERNAZ, Cássio.** *Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*, Tese de Mestrado, PUC, 2006.

**AMARAL, Roberto.** Imprensa e Controle da Opinião Pública, In: *A Imprensa e o Poder*, Brasília: Ed. UNB, 2002.

**BARDIN, Laurence.** *Análise de Conteúdo*, SP, Ed. 70, 2011.

**BARROS, Jose D' Assunção.** *Teoria da História*, vol. 5, RJ, Ed. Vozes, 2012.

**BLOCH, Marc.** *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, RJ, Ed. Zahar, 2002.

**BOURDIEU, Pierre.** *O poder simbólico*, RJ, Ed. Bertrand, 1989.

**CAPELATO, Maria Helena R.** *Imprensa e História do Brasil*, SP, Ed. Contexto, 1988.

**CAPELATO, Maria Helena R.** *Multidões em cena*, SP, Ed. UNESP, 2008.

**CAPELATO, Maria Helena.** O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, J; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*, Livro 3. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003.

**CPDOC, A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**, Movimento Tenentista, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>>, acesso em 03 de dezembro de 2017.

**D'ARAUJO, Maria C.** Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In.: FERREIRA, J; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*, Livro 3. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2008.

**D'ARAUJO, Maria C.** *O Estado Novo*, RJ, Ed. Jorge Zahar, 2000.

**DILLEMBURG, Sérgio R.** *Correio do Povo: história e memória*, Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

**FAUSTO, Boris.** *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**FERREIRA, Jorge.** O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (Org) *O populismo e sua história – Debate e Crítica*, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2013.

- FERREIRA**, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945, In: FERREIRA, J. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 – 196*, RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2005.,
- FERREIRA**, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, J; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*, Livro 3. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2008.
- FORTES**, Alexandre, **NEGRO**, Antonio. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, J; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*, Livro 3. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003.
- GERTZ**, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- GOFF**, Jacques Le Goff. *História e Memória*, Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.
- GOMES**, Angela de C. *A invenção do Trabalhismo*, RJ: Ed. FGV, 2005.
- GOMES**, Angela de C., D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*, SP: Ed. Atica, 1989.
- GOMES**, Angela de C. Ideologia e Trabalho no Estado Novo, In: PANDOLFI, Dulci (Org), *Repensando o Estado Novo*, RJ: Ed. FGV, 1999.
- GRIJÓ**, Luiz Alberto. A mídia Brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica, In: FERREIRA, Marieta; NEVES, Lucília, versão original de artigo a ser publicado pelo CPDOC/FGV sobre História do Tempo Presente.
- GRIJÓ**, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In. GRIJÓ, Luiz; NEUMANN, Eduardo (Orgs.) *O continente em armas: uma história de guerra no sul do Brasil.*, Ed. RJ: Ed. APICURI, 2010.
- GRIJÓ**, Luiz Alberto. Uma cena campeira na Avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 1930. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*, POA: Editora Ed. da UFRGS, 2004.
- LAPUENTE**, Rafael. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*, GT de História da Mídia Impressa, RS: PUC, 2015.
- LEVINE**, Robert M. *Pai dos Pobres*, SP: Ed. Comp. Das Letras, 2002.
- MACEDO**, Michelle R. *Os Trabalhadores exigem: o movimento queremista e a candidatura Vargas*, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

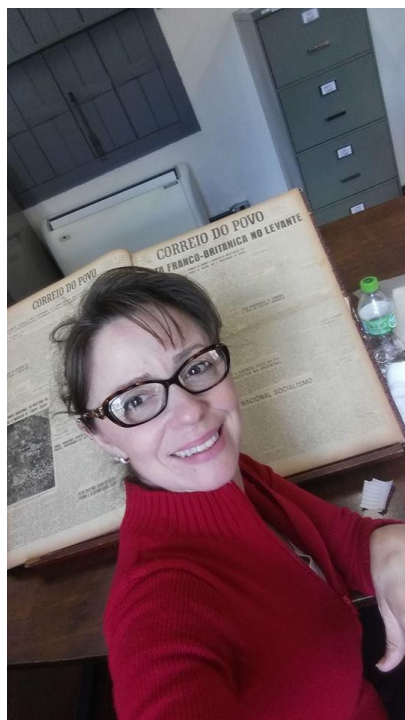
- NAPOLITANO**, Marcos. *História do Brasil República da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*, SP: Ed. Contexto, 2016.
- PANDOLFI**, Dulce Chaves. Os anos 1930 e as incertezas do regime. In: FERREIRA, J; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*, Livro 3. RJ: Ed. Civ. Brasileira, 2003.
- PESAVENTO**, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*, Série Revisão, RS: Ed. Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO**, Sandra Jatahy. *O Brasil Contemporâneo*, POA: Ed. da Universidade, 1991.
- PINSKY**, Carla B. (Org) *Fontes Históricas*, SP: Ed. Contexto, 2014.
- PUERTAS**, Ibirapuan. Queremismo: um movimento político popular e suas conseqüências para a esquerda nacionalista brasileira, CS Online, *Revista eletrônica de Ciências Sociais*, Ano II, Vol. 5, 12/2008.
- RANGEL**, Carlos Roberto da R. O governo de Flores da Cunha, In: GERTZ, René (Dir.), *República – Da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)*, Vol. 04, RS: Ed. Méritos, 2007.
- RODEGHERO**, Carla. O Anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945 – 1947, *Métis: História e Cultura – v.5*, nº Jul/Dez 2006.
- RODEGHERO**, Carla. Pela pacificação da família brasileira: uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979, *Rev. Brasileira de História*, SP, v. 34, nº 67, 2014.
- RUDIGER**, Francisco. *Tendências do Jornalismo*, POA: Ed. UFRGS, 1993.
- TARDE**, Gabriel. *O Poder das Massas*, SP, Ed. Martins Fontes, 1992, p. 31.
- TAVARES**, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo, In.: WERNECK, Jose da S. (Org) *O Feixe e o Prisma – Uma revisão do Estado Novo*, RJ: Ed. Jorge Zahar, 1991.
- WEFFORT**, Francisco. *O populismo na Política Brasileira*, RJ, Ed. Paz e Terra, Cap 1, 1980.



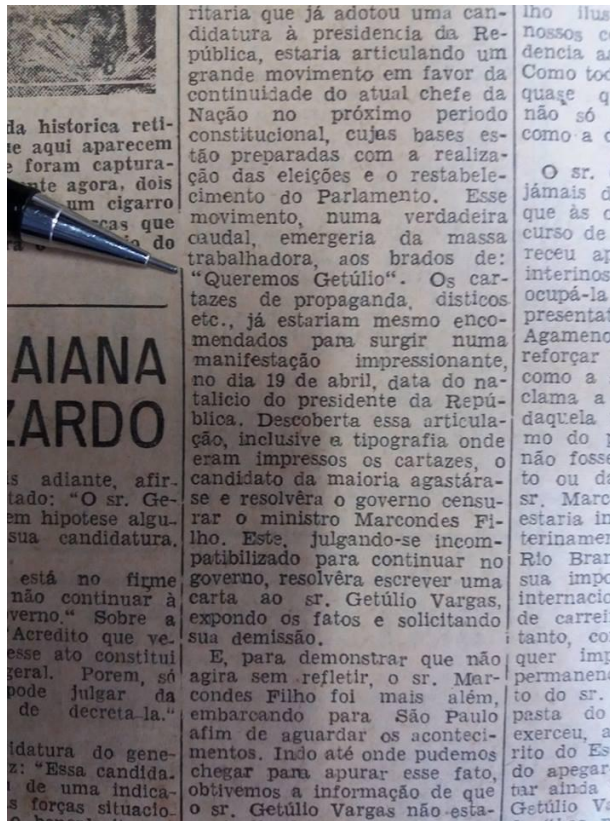
## 7. ANEXOS



**7.1. Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moysés Vellinho**



**7.2 Pesquisa no Arquivo Histórico de Porto Alegre**



7.3 Jornal *Correio do Povo* – 01/04/1945  
Data em que encontrei, pela primeira vez, a expressão “Queremos Getúlio”



7.4 Jornal *Correio do Povo* – 19/04/1945



**7.5 Jornal *Correio do Povo***



**7.6 Pesquisa no acervo do Jornal *Correio do Povo***



**7.7 Escadaria interna do Prédio do *Correio do Povo*  
Por aqui, passou uma parte da História do Rio Grande do Sul**